

TONY JUDT

PÓS-GUERRA  
UMA HISTÓRIA DA EUROPA DESDE 1945

*Tradução*  
José Roberto O'Shea



em relação ao comunismo, brevemente renovadas com a promessa de "desestalinização", foram extintas; assim como extintas estavam as esperanças de auxílio por parte do Ocidente. Enquanto as revelações que Kruschew fizera a respeito de Stalin, ou as medidas hesitantes que visavam à reabilitação de vítimas dos julgamentos montados pareciam até então indicar que o comunismo continha em si mesmo as sementes da renovação e da libertação, depois dos acontecimentos na Hungria, o sentimento dominante era de cínica resignação.

Tal situação não foi desprovida de benefícios. Precisamente porque as populações da Europa Oriental comunista agora se mostravam cordatas e a ordem fora restaurada, a liderança soviética da era Kruschew viria a permitir um certo grau de liberalização local — por ironia, principalmente na Hungria. Ali, no rastro das retaliações impostas aos revoltosos e simpatizantes de 1956, Kádár estabeleceu um modelo de Estado comunista "pós-político". Por terem aceito, sem questionar, o monopólio do partido sobre poder e autoridade, os húngaros foram agraciados com um grau limitado (porém autêntico) de liberdade — para produzir e consumir. Não se pedia que as pessoas acreditassem no partido, muito menos nos líderes, apenas que se abstivessem de qualquer manifestação de oposição. Silêncio era visto como consentimento tácito.

O resultante "comunismo *goulash*" garantiu a estabilidade da Hungria; e a lembrança do que se passara na Hungria garantiu a estabilidade do restante do bloco, ao menos ao longo da década seguinte. Mas isso teve um custo. Para a maioria das pessoas que viviam sob o comunismo, o sistema "socialista" perdera qualquer perspectiva radical, progressista ou utópica anteriormente a ele atribuída, uma perspectiva que fazia parte do fascínio despertado pelo regime — especialmente nos jovens — ainda no início dos anos 50. Agora o sistema era apenas um meio de vida a ser tolerado. Isso não queria dizer que o regime não sobreviveria por muito tempo — pouca gente, depois de 1956, era capaz de prever um fim próximo para o sistema soviético de governo. A bem da verdade, havia um certo otimismo a esse respeito antes dos eventos daquele ano. Mas, depois de novembro de 1956, os Estados comunistas da Europa Oriental, a exemplo da própria União Soviética, iniciaram um declínio que se estenderia ao longo de décadas, um crepúsculo de estagnação, corrupção e cinismo.

Também os soviéticos pagariam um preço por isso — de várias maneiras, 1956 representou a derrota e o colapso do mito revolucionário cultivado com tanto sucesso por Lenin e seus herdeiros. Conforme, muitos anos mais tarde, em 11 de novembro de 1992, Boris Ieltsin haveria de admitir, num discurso pronunciado diante do Parlamento húngaro: "A tragédia de 1956 [...] será sempre mácula indeiável no regime soviético". Mas isso não era nada comparado ao preço que os soviéticos tinham imposto às suas vítimas. Em 16 de junho de 1989, passados 33 anos, numa Budapeste que celebrava a transição para a liberdade, centenas de milhares de húngaros participaram de outra cerimônia de (re)sepultamento: desta vez os homenageados eram Imre Nagy e seus companheiros. Um dos que discursaram ao lado da tumba de Nagy foi o jovem Viktor Orbán, futuro primeiro-ministro do país. "É consequência direta da sangrenta repressão à Revolução", ele disse à multidão reunida, "o fato de termos de assumir o ônus da insolvência e buscar uma saída para o beco asiático ao qual fomos empurrados. Verdadeiramente, em 1956, o Partido Socialista dos Trabalhadores na Hungria roubou o futuro da juventude de hoje."

X

## A Era da Prosperidade

"Sejamos francos: a maioria do nosso povo nunca viveu tão bem."

*Harold Macmillan, 20 de julho de 1957*

"*Admass*<sup>1</sup> é o termo que uso para definir o sistema de produtividade crescente, mais a inflação, mais a melhoria do padrão de vida, mais a publicidade e o marketing agressivo, mais as comunicações de massa, mais a democracia cultural e a criação da mentalidade-massa, do homem-massa."

*J. B. Priestley*

"— Olha só que gente primitiva!  
— De onde eles vêm?  
— Da Lucânia.  
— Onde fica isso?  
— Lá embaixo!"

*Rocco e Seus Irmãos, dir. Luchino Visconti (1960)*

"We're going where the sun shines brightly,  
We're going where the sea is blue.  
We've seen it in the movies —  
Now let's see if it's true."

*Cliff Richard, de Summer Holiday (1959)<sup>2</sup>*

"É bem triste viver na Era Americana — a menos, é claro, para quem é americano."

*Jimmy Porter, em Odeio essa mulher (1956)*

Em 1979, o escritor francês Jean Fourastié publicou um estudo sobre a transformação social e econômica da França nos trinta anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial. O título do trabalho — *Les trente glorieuses: ou, La Révolution invisible de 1946 à 1975* — foi bem escolhido. Na Europa Ocidental, as três décadas que seguiram a derrota de Hitler foram verdadeiras "gloriosas". A extraordinária aceleração do crescimento econômico foi acompanhada por uma

<sup>1</sup> Etimologia: *advertising* + *mass media*; publicidade veiculada na grande mídia; refere-se também à sociedade influenciada por esse tipo de publicidade. (N. do T.)

<sup>2</sup> "Vamos aonde o sol brilha, / Vamos aonde o mar é azul. / Já vimos esse lugar no cinema — / Agora vamos ver se é real" (N. do T.)

era de prosperidade sem precedentes. No espaço de tempo correspondente a uma geração, as economias do Oeste Europeu recuperaram o terreno perdido em quarenta anos de guerra e na Depressão; além disso, o desempenho econômico europeu e os padrões de consumo começaram a se assemelhar aos dos EUA. Menos de uma década após saírem cambaleando dos escombros, os europeus, para o seu próprio espanto, e com certa consternação, embarcaram numa era de prosperidade.

A história econômica da Europa Ocidental no pós-guerra é mais bem compreendida como uma inversão da História das décadas imediatamente anteriores. A ênfase malthusiana em proteção e entrenchamento da década de 1930 foi abandonada em favor do comércio liberalizado. Em vez de cortar gastos e orçamentos, os governos os aumentaram. Em quase todas as regiões verificou-se a manutenção do compromisso com investimentos públicos de longo prazo em infra-estrutura e maquinaria; fábricas ou máquinas obsoletas foram atualizadas ou substituídas, com ganhos em eficiência e produtividade; houve um incremento marcante no comércio internacional e uma população jovem e empregada procurava e tinha condições de adquirir uma gama mais ampla de produtos.

Dependendo do local, o boom econômico do pós-guerra ocorreu em momentos ligeiramente distintos, surgindo primeiramente na Alemanha e na Grã-Bretanha, e um pouco mais tarde na França e na Itália; e configurou experiências diferentes, dependendo das práticas nacionais relativas a tributação, gastos públicos ou ênfase em investimento. Os desembolsos iniciais feitos pela maioria dos governos durante o pós-guerra foram destinados, acima de tudo, à modernização da infra-estrutura — construção ou modernização de estradas, ferrovias, casas e fábricas. Em alguns países, o dispêndio com itens de consumo foi propositadamente restringido, e o resultado — como já vimos — foi que para muita gente os primeiros anos do pós-guerra se tornaram um tempo de continuada penúria, ainda que diferente daquela antes vivenciada. O grau de mudança relativa também dependia, é claro, do ponto de partida: quanto mais rico fosse o país, menos imediata e dramática parecia a mudança.

Apesar disso, todos os países europeus constataram índices crescentes *per capita* do PIB e do PNB — Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto —, que eram as novas e consagradas medidas de força e bem-estar nacional. No decorrer da década de 1950, na Alemanha Ocidental, o índice *anual* médio da produção interna *per capita* subiu 6,5%; na Itália, 5,3%; na França, 3,5%. Compreende-se melhor a relevância desse crescimento elevado e contínuo quando os mesmos índices são comparados ao desempenho dos respectivos países em décadas anteriores: entre 1913 e 1950, o índice anual médio de crescimento na Alemanha foi de apenas 0,4%; na Itália, 0,6%; na França, 0,7%. Mesmo nas prósperas décadas do império guilhermino, após 1870, a economia alemã alcançara uma média anual de 1,8%.

Na década de 1960, o ritmo do crescimento começou a desacelerar, mas as economias do Oeste Europeu ainda prosperavam em níveis historicamente incomuns. No cômputo geral, entre 1950 e 1973, o PIB alemão *per capita* mais do que triplicou, em termos reais. Na França, o PIB *per capita* cresceu 150%. A economia italiana, tendo partido de um patamar inferior, registrou performance ainda mais notável. Países historicamente pobres viram o seu desempenho econômico melhorar de modo espetacular: de 1950 a 1973, o PIB *per capita* na Áustria subiu de 3.731 dólares para 11.308 (em valores cambiais de 1990); na Espanha, as cifras foram de 2.397 dólares para 8.739. A economia holandesa cresceu 3,5% ao ano, entre 1950 e 1970 — sete vezes mais do que o índice anual médio registrado nos quarenta anos precedentes.

Um fator crucial nesse processo foi o incremento contínuo observado no comércio exterior, cujo crescimento, na maioria dos países europeus, se deu mais rapidamente do que o crescimento da produção nacional observado nesses mesmos países. Simplesmente, ao removerem restrições ao comércio internacional, os governos ocidentais durante o pós-guerra empreenderam grande avanço na superação da estagnação verificada em décadas anteriores.<sup>3</sup> A principal beneficiária foi a Alemanha Ocidental, cuja fatia da exportação mundial de itens manufaturados subiu de 7,3%, em 1950, para 19,3%, em apenas dez anos, fato que devolveu a economia alemã à posição que esta ocupara no comércio internacional antes da quebra da Bolsa de Valores Nova York, em 1929.

Nos 45 anos seguintes a 1950, o volume mundial de exportações cresceu 16 vezes. Mesmo um país como a França, cuja fatia do comércio mundial permaneceu estável, ou seja, em torno de 10%, ao longo dos anos em questão, beneficiou-se tremendamente da imensa expansão do comércio internacional como um todo. Na realidade, todos os países industrializados obtiveram ganhos naqueles anos — depois da Segunda Guerra Mundial, os termos de troca se tornaram nitidamente favoráveis, visto que o custo de matérias-primas e gêneros alimentícios importados do mundo não-ocidental baixou continuamente, enquanto o preço de produtos manufaturados não parou de subir. Durante três décadas de trocas privilegiadas e desequilibradas com o Terceiro Mundo, o Ocidente parecia ter licença para imprimir dinheiro.<sup>4</sup>

O que diferenciou o crescimento econômico da Europa Ocidental, entretanto, foi o grau de efetiva integração europeia em que o fenômeno resultou. Mesmo antes do Tratado de Roma, os futuros Estados membros da Comunidade Econômica Européia já negociavam, primordialmente, entre si: em 1958, 29% das exportações alemãs (por valor) destinavam-se à França, Itália e aos países do Benelux, sendo mais 30% encaminhados a outros países europeus. Na véspera da assinatura do Tratado de Roma, 44% das exportações belgas já se destinavam aos futuros parceiros da CEE. Mesmo países como a Áustria, Dinamarca ou Espanha, que só ingressariam na Comunidade Européia muitos anos depois, já estavam integrados às redes comerciais da CEE: em 1971, vinte anos antes de entrar para a União Européia, a Áustria já comprava mais de 50% de suas importações dos seis países que fundaram a CEE. A Comunidade Européia (mais tarde União) não criou a base para uma Europa economicamente integrada; antes, a Comunidade traduziu a expressão institucional de um processo já em andamento.<sup>5</sup>

Outro elemento crucial da revolução econômica observada no pós-guerra foi o aumento da produtividade do trabalhador europeu. Entre 1950 e 1980, a produtividade do trabalho na Europa Ocidental superou em três vezes os índices registrados nos oitenta anos anteriores: o PIB por hora trabalhada cresceu em ritmo ainda mais acelerado do que o PIB *per capita*.

<sup>3</sup> Não se deve, entretanto, exagerar o ritmo em que as antigas normas foram deixadas de lado. Ainda em plena década de 1960, o governo italiano, por exemplo, considerava politicamente sensata a manutenção de tarifas e cotas — relativamente à importação de veículos estrangeiros — que remontavam à era fascista, a fim de melhor proteger os produtores nacionais (essencialmente, a Fiat). Os governos britânicos adotavam estratégias similares.

<sup>4</sup> E muitos desses recursos seriam reciclados como empréstimos oferecidos ao próprio Terceiro Mundo, agora sobrecarregado de dívidas onerosas.

<sup>5</sup> Na Grã-Bretanha, como costuma ser o caso, a experiência foi diferente. Em 1956, 74% das exportações do Reino Unido destinavam-se a regiões fora da Europa, principalmente para as colônias e para a Comunidade Britânica das Nações. Mesmo em 1973, quando o Reino Unido finalmente entrou para a CEE, apenas um terço das exportações nacionais se destinava aos 12 países que, em 1992, formariam a União Européia.

Considerando o número de pessoas então empregadas, tal índice sugere forte aumento de eficiência e, em quase todas as regiões, grande melhoria nas relações de trabalho. Também isso, em certa medida, resultou do esforço de recuperação: as turbulências políticas, o desemprego em massa, a insuficiência de investimento e a destruição observadas nos trinta anos anteriores deixaram a maioria da Europa, depois de 1945, num patamar inicial baixo em termos históricos. Mesmo sem o interesse contemporâneo em modernização e aperfeiçoamento técnico, o desempenho econômico provavelmente registraria alguma melhora.

No entanto, por trás do aumento contínuo da produtividade existia uma alteração mais profunda e permanente na natureza do trabalho. Em 1945, a maior parte da Europa ainda era pré-industrial. Os países mediterrâneos, a Escandinávia, a Irlanda e o Leste Europeu ainda eram essencialmente rurais e, segundo qualquer índice, atrasados. Em 1950, três em cada quatro adultos empregados na Jugoslávia e na Romênia eram camponeses. Em Portugal, na Espanha, Grécia, Hungria e Polônia, um trabalhador em cada dois se dedicava à agricultura; na Itália, dois em cada cinco. Um em cada três austríacos empregados trabalhava em fazendas; na França, quase três em cada dez integrantes da força de trabalho exerciam algum tipo de atividade agrícola. Mesmo na Alemanha Ocidental, 23% da população profissionalmente ativa lidavam na agricultura. Somente no Reino Unido, onde o índice era de apenas 5%, e na Bélgica (13%) a revolução industrial do século XIX trouxe consigo, verdadeiramente, uma sociedade pós-agrária.<sup>6</sup>

No decorrer dos trinta anos seguintes, números elevados de europeus deixaram a terra e foram trabalhar em vilarejos e cidades, as maiores mudanças tendo ocorrido durante a década de 1960. Já em 1977, apenas 16% dos italianos empregados trabalhavam na terra; na região da Emília-Romana, no nordeste do país, o contingente da população ativa envolvido em agricultura caiu bruscamente, de 52%, em 1951, para apenas 20%, em 1971. Na Áustria, o índice nacional diminuíra para 12%; na França, para 9,7%; na Alemanha Ocidental, para 6,8%. Mesmo na Espanha, em 1971, apenas 20% da força de trabalho voltavam-se para a agricultura. Na Bélgica (3,3%) e no Reino Unido (2,7%) o percentual de agricultores começava a ser estatisticamente (embora não politicamente) insignificante. A produção agrícola e a indústria de laticínios tornaram-se mais eficientes e menos dependentes de mão-de-obra — de modo especial em países como a Dinamarca e a Holanda, onde manteiga, queijo e derivados de suíno passaram a constituir exportações lucrativas e básicas da economia doméstica.

Em termos percentuais, a agricultura diminuía continuamente a sua participação no PIB: na Itália, entre 1949 e 1960, a presença do setor na produção nacional decresceu de 27,5% para 13%. O maior beneficiado foi o setor de serviços (inclusive o emprego público), ao qual muitos dos antigos camponeses — ou seus filhos — se destinaram. Alguns locais — a Itália, a Irlanda, partes da Escandinávia e a França — transformaram-se de economias agrícolas em economias de serviços, no período correspondente a uma única geração, praticamente pulando o estágio industrial em que a Grã-Bretanha e a Bélgica se detinham havia quase um século.<sup>7</sup> No final dos anos 70, era evidente que a maioria da população ativa na Grã-Bretanha, Alema-

<sup>6</sup> A título de comparação, vale notar que nos EUA, em 1950, 12% da população ativa atuavam no setor agrícola.

<sup>7</sup> Até certo ponto, a Suécia constitui uma exceção — a chave da prosperidade sueca no pós-guerra foi a especialização na manufatura de itens de valor elevado. Mas os suecos tinham acesso a uma força de trabalho imigrante, de baixo custo e sempre disponível (composta por finlandeses), bem como uma indústria de energia hidrelétrica que protegia o país dos choques provocados pelo preço do petróleo. Como a Suíça, e por motivos semelhantes, constitui um caso especial.

na, França, nos países do Benelux, na Escandinávia e nos países alpinos trabalhava no setor de serviços — comunicações, transportes, mercado financeiro, administração pública etc. A Itália, a Espanha e a Irlanda não ficavam muito atrás.

Na Europa Oriental comunista, em contrapartida, a grande maioria dos antigos camponeses foi direcionada para um setor minerador e industrial que dependia de mão-de-obra e era tecnologicamente atrasado; na Tchecoslováquia, ao longo da década de 1950, o nível de emprego no setor de serviços chegou a *diminuir*. Enquanto na Bélgica, França, Alemanha Ocidental e no Reino Unido, em meados dos anos 50, a produção de carvão e minério de ferro definhava, na Polônia, na Tchecoslováquia e na RDA tal produção continuava a crescer. A ênfase dogmática que os comunistas depositavam na extração de matérias-primas básicas e na produção de bens primários gerou um crescimento inicial rápido da produção bruta e do PIB *per capita*. No curto prazo, o destaque que as principais economias comunistas, centralizadas, conferiam à indústria impressionava muita gente (inclusive muitos observadores ocidentais). Mas a estratégia foi um mau presságio para o futuro da região.

O declínio da agricultura, por si só, explicaria em grande parte o crescimento da Europa, assim como a mudança do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, acompanhara um século antes a ascensão da Grã-Bretanha a uma posição preeminente. Na realidade, o fato de não mais haver população rural excedente na Grã-Bretanha para ser deslocada e integrar uma força de trabalho com baixa remuneração nos setores industrial e de serviços e, portanto, não existirem ganhos em eficiência resultantes de uma rápida saída de um estado de obsolescência explica em parte o desempenho sofrível do Reino Unido nos anos em questão, cujos índices de crescimento se mantinham abaixo dos registrados na França ou na Itália (ou mesmo na Romênia). Por essa razão, nessas mesmas décadas, a Holanda apresentou desempenho superior ao do vizinho belga industrializado, beneficiando-se da transferência “única” do excedente da força de trabalho rural para setores industriais e de serviços até então subdesenvolvidos.

O papel desempenhado pelo governo e pelo planejamento no milagre econômico europeu é mais difícil de ser aferido. Em alguns locais, pareceu praticamente supérfluo. A “nova” economia do norte da Itália, por exemplo, foi impulsionada, em grande medida, por milhares de pequenas empresas — compostas por empregados de uma mesma família, e que muitas vezes trabalhavam também como agricultores sazonais —, com poucas despesas operacionais e baixos custos de capital, e pagando poucos impostos (ou mesmo nenhum). Já em 1971, 80% da força de trabalho do país encontravam-se em estabelecimentos com menos — quase sempre, muito menos — de cem empregados. Além de fazer vista grossa para infrações, fossem de natureza fiscal, relativas a zoneamento ou à construção das empresas etc., o papel desempenhado pelas autoridades centrais italianas no apoio aos esforços econômicos envidados por essas empresas não parece claro.

Ao mesmo tempo, o papel do Estado foi crucial no financiamento de mudanças de grande escala que estariam fora do alcance da iniciativa individual ou do investimento privado; na Europa, o financiamento não-governamental foi escasso durante muito tempo, e só em fins dos anos 50 o investimento oriundo do setor privado norte-americano começou a substituir a Ajuda Marshall e a assistência militar até então oferecida pelos EUA. Na Itália, a Cassa per il Mezzogiorno, garantida por um grande empréstimo concedido pelo Banco Mundial, investiu

inicialmente em infra-estrutura e aperfeiçoamento agrícola: no aterramento, na construção de estradas, sistemas de drenagem, viadutos etc. Mais tarde, a Cassa passou a apoiar o setor industrial. Ofereceu incentivos — empréstimos, subvenções, abatimentos tributários — para empresas particulares dispostas a investir no sul do país; a instituição serviu de veículo através do qual empresas estatais eram instruídas a direcionar até 60% dos novos investimentos para o sul. E, nas décadas seguintes a 1957, a Cassa estabeleceu 12 “áreas de crescimento” e trinta “núcleos de crescimento” por todo o terço sul da península.

A exemplo de projetos estatais de larga escala implantados em outros locais, a Cassa era ineficiente, e bastante corrupta. A maioria dos benefícios oferecidos pela instituição era destinada a regiões litorâneas privilegiadas; boa parte das novas indústrias assim atraídas eram intensivas em capital e, portanto, geravam poucos empregos. Muitas das propriedades agrícolas de menor porte, “independentes” e constituídas após a reforma agrária na região, permaneceram dependentes do Estado, tornando o Mezzogiorno italiano uma espécie de região previdenciária semipermanente. Contudo, já em meados dos anos 70, o consumo *per capita* no sul da Itália havia dobrado, as rendas regionais tinham subido em média 4% ao ano, o índice de mortalidade infantil diminuía em 50% e a rede elétrica avançava para índices próximos a 100% de cobertura — isso numa área em que até a geração anterior era uma das mais desoladas e atrasadas da Europa. Considerando a velocidade com que o norte industrializado deslanchava (em certa medida, conforme veremos, graças aos trabalhadores sulistas), o que surpreende não é a incapacidade de a Cassa realizar um milagre econômico ao sul de Roma, mas o fato de a referida região manter o ritmo. Nesse particular, as autoridades de Roma merecem crédito.

Em outros locais, o papel do governo variava; mas nunca era insignificante. Na França, o Estado se restringia ao que ficou conhecido como “planejamento indicativo” — i.e., a utilização das alavancas do poder para direcionar recursos a regiões, indústrias e até produtos selecionados, e a compensação consciente do debilitante subinvestimento malthusiano realizado nas décadas anteriores à guerra. Integrantes do governo conseguiam exercer um controle razoavelmente eficaz sobre o investimento doméstico sobretudo porque, ao longo das primeiras décadas do pós-guerra, as leis cambiais e a mobilidade limitada do capital internacional seguravam a competição estrangeira. Tolhidos ao buscar lucros maiores, a curto prazo, no exterior, banqueiros e mutuantes privados na França e outros locais passaram a investir na economia doméstica.<sup>8</sup>

Na Alemanha Ocidental, onde a memória predominante no período entre as duas guerras era de conflito e instabilidade (tanto política quanto monetária), as autoridades em Bonn revelavam-se bem menos ativas do que as francesas ou as italianas, no que tocava ao planejamento ou à gestão da conduta econômica, mas prestavam muito mais atenção a esquemas que visavam à prevenção ou atenuação de conflito social, primordialmente entre patrões e

<sup>8</sup> O contraste com experiências passadas é revelador. Em estágios anteriores da industrialização francesa, até mesmo os grandes bancos de investimento parisienses careciam dos recursos necessários para apoiar a modernização da infra-estrutura industrial do país, e não receberam qualquer auxílio ou incentivo do governo. Na França, em 1945, a condição precária das fábricas, estradas, redes ferroviárias e serviços básicos era um testemunho eloquente dessas deficiências.

trabalhadores. De modo especial, as autoridades alemãs estimulavam e garantiam negociações e “contratos sociais” destinados a reduzir o risco de greves ou de inflação salarial. Como consequência, as indústrias privadas (e os bancos com os quais tais indústrias trabalhavam, ou às quais elas pertenciam) mostravam-se mais propensas a investir no futuro, visto que, a longo prazo, podiam contar com a contenção dos níveis salariais dos trabalhadores. Operários na Alemanha Ocidental, assim como na Escandinávia, eram recompensados por essa aparente docilidade com garantia de emprego, baixa inflação e, acima de tudo, amplos serviços e benefícios previdenciários financiados por níveis de intensa tributação progressiva.

Na Grã-Bretanha, o governo interveio na economia de maneira mais direta. A maioria das estatizações efetivadas pela administração trabalhista de 1945 a 1951 foi mantida pelos governos conservadores subsequentes. Porém, ambos os partidos repudiavam o planejamento econômico a longo prazo, bem como a intervenção agressiva nas relações entre patrões e empregados. O máximo de envolvimento direto observado foi a gestão da demanda — através da manipulação de taxas de juros e faixas de tributação marginal, com o propósito de incentivar a poupança ou o consumo. Essas táticas contemplavam o curto prazo. O principal objetivo *estratégico* dos governos britânicos de toda estirpe naqueles anos era impedir a volta dos níveis traumáticos de desemprego observados na década de 1930.

Por toda a Europa Ocidental, portanto, governos, patrões e empregados acabaram por produzir um círculo virtuoso: gastos públicos elevados, tributação progressiva e aumentos salariais limitados. Conforme visto anteriormente, essas metas já estavam inscritas no consenso geral, construído durante e depois da guerra, em torno da necessidade de economias planejadas e de algum tipo de “Estado previdenciário”. Estas resultaram, por conseguinte, de política governamental e intenção coletiva. Mas a condição que lhes facilitou o sucesso sem precedentes estava além do alcance direto da ação governamental. O que precipitou o milagre econômico europeu e a convulsão social e cultural que o seguiu foi o crescimento acelerado e contínuo da população européia.

A Europa já havia experimentado surtos demográficos espasmódicos no passado — o mais recente ocorrera em meados do século XIX. Contudo, de modo geral, tais episódios não pressagiaram aumentos populacionais lineares: fosse porque a agricultura tradicional não era capaz de alimentar tanta gente ou em decorrência de guerras e doenças, ou ainda porque os novos excedentes de população, de modo especial os jovens, emigravam em busca de vida melhor do outro lado do oceano. E no século XX a guerra e a emigração mantiveram o crescimento demográfico na Europa bem abaixo do que seria esperado em função das taxas de natalidade registradas nas décadas anteriores.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as consequências da perda de uma geração de jovens na Primeira Guerra Mundial, somadas à Depressão econômica, às guerras civis e à incerteza política da década de 1930, tinham reduzido a taxa de natalidade em determinadas regiões da Europa Ocidental a índices historicamente baixos. No Reino Unido, registrou-se apenas 15,3 nascimentos para cada mil pessoas; na Bélgica, 15,4; na Áustria,

12,8. Na França, onde o índice de natalidade, em 1939, era de 14,6 para cada mil pessoas, óbitos foram mais numerosos do que nascimentos, não apenas durante a Primeira Guerra e em 1919, e novamente em 1929, mas também anualmente entre 1935 e 1944. Ali, assim como na Espanha durante a Guerra Civil, a população nacional decrescia continuamente. No restante da Europa mediterrânea e a leste de Viena, o índice de natalidade era mais alto, por vezes o dobro do registrado no Oeste Europeu. Todavia, índices elevados de mortalidade infantil e taxas mais altas de óbitos, em todas as faixas etárias, significavam que até mesmo nessas duas primeiras regiões mencionadas o incremento populacional nada tinha de extraordinário.

É nesse contexto, e no contexto da calamidade demográfica ocorrida na Segunda Guerra Mundial, que o *baby-boom*<sup>9</sup> verificado no pós-guerra deve ser entendido. Entre 1950 e 1970, a população do Reino Unido cresceu 13%; a da Itália, 17%. Na Alemanha Ocidental, nesses mesmos anos, a população cresceu 28%; na Suécia, 29%; na Holanda, 35%. Em alguns casos, o crescimento interno foi reforçado pela imigração (de colonos que voltavam para a Holanda, de alemães orientais e outros refugiados à República Federal). Mas, na França, os fatores exógenos desempenharam um papel reduzido: entre o primeiro censo realizado no pós-guerra, em 1946, e o final dos anos 60, a população francesa cresceu quase 30% — o índice de crescimento mais rápido registrado no país até o presente.

Assim, uma característica marcante da Europa nas décadas de 1950 e 1960 — conforme pode ser prontamente percebido ao se contemplar qualquer cena urbana — era a quantidade de crianças e jovens. Após um hiato de quarenta anos, a Europa voltava a ser jovem. Os anos em que se registraram os números mais elevados de nascimentos no pós-guerra foram 1947, 1948 e 1949 — em 1949, nasceram 896 mil crianças na França, contra apenas 612 mil em 1939. Já em 1960, na Holanda, Irlanda e Finlândia, 30% da população tinham menos de 15 anos. Na França, em 1967, uma pessoa em cada três tinha menos de 20. Não era apenas que milhões de crianças nasceram depois da guerra: era que um número inusitado de crianças havia sobrevivido.

Graças a melhorias com nutrição, habitação e assistência médica, a taxa de mortalidade infantil — o número de crianças, em cada mil nascimentos, que morrem antes de chegar ao primeiro ano de vida — decresceu sensivelmente no oeste da Europa durante as décadas em questão. Na Bélgica, a taxa caiu de 53,4, em 1950, para 21,1, em 1970, sendo que a alteração mais marcante ocorreu na primeira década. Na Itália, os números caíram de 63,8 para 29,6; na França, de 52,0 para 18,2. Além disso, os idosos se tornaram mais longevos — ao menos na Europa Ocidental, onde o índice de mortalidade diminuiu continuamente nesse período. A sobrevivência infantil no Leste Europeu também apresentou taxas mais elevadas, embora, é bem verdade, ali os patamares iniciais fossem bem inferiores: na Iugoslávia, os índices de mortalidade infantil decresceram de 118,6, em 1950, para 55,2 vinte anos mais tarde.<sup>10</sup> Na própria União Soviética, os índices caíram de 81,0, em 1950, para 25,0, em 1970, embora

<sup>9</sup> Isto é, grande aumento no número de nascimentos, explosão demográfica. (N. do T.)

<sup>10</sup> Já em 1950, Iugoslávia, Polônia, Romênia e Albânia eram os únicos países europeus onde mais de uma em cada dez crianças morria antes de completar um ano de idade. No oeste da Europa, o país que apresentava os piores índices era Portugal, onde a mortalidade infantil, em 1950, era de 94,1.

apresentando grande variação entre as diversas repúblicas. Mas as taxas de fertilidade nos Estados comunistas diminuíram antes do que no Ocidente e, a partir de meados da década de 1960, foram acompanhadas por índices de mortalidade cada vez piores (especialmente entre os homens).

Muitas são as explicações para a recuperação da fertilidade europeia depois da Segunda Guerra, mas a maioria delas pode ser reduzida à combinação de otimismo e leite gratuito. Durante o extenso período de baixa demográfica — entre 1913 e 1945 —, os governos procuraram, sem êxito, incentivar a procriação, compensando a escassez crônica de homens, moradias, empregos e segurança através de apelos patrióticos, “códigos” de família e legislação. Agora — mesmo antes que o crescimento observado no pós-guerra se traduzisse em estabilidade no emprego e numa economia de consumo — a coincidência de paz, segurança e uma medida de estímulo estatal bastavam para realizar o que nenhuma propaganda pró-natal veiculada antes de 1940 fora capaz de fazer.

Soldados desmobilizados, prisioneiros de guerra que retornavam a seus países e deportados políticos, animados por esquemas de racionamento e distribuição que favoreciam casais com filhos, bem como auxílio financeiro concedido por cada filho, agarravam a primeira oportunidade para se casar e constituir família. E havia outra questão. Já no início dos anos 50, os países do Oeste Europeu podiam oferecer a seus cidadãos mais do que apenas esperança e um esquema social garantido: ofereciam também fartura de emprego. Ao longo da década de 1930, o índice médio de desemprego na Europa Ocidental tinha sido 7,5% (11,5% no Reino Unido). Já na década de 1950, tal fator caíra abaixo de 3% em todos os países, exceto na Itália. Em meados dos anos 60, a média europeia era de apenas 1,5%. Pela primeira vez, desde que os índices começaram a ser compilados, o Oeste Europeu registrava pleno emprego. Em muitos setores havia, inclusive, uma carência endêmica de mão-de-obra.

Apesar da alavancagem que tal fato propiciava ao trabalho organizado, os sindicatos (à marcante exceção da Grã-Bretanha) eram fracos ou então relutantes em exercer o seu poder. Tratava-se de um legado das décadas do entreguerras: os sindicatos militantes jamais se recuperaram inteiramente do impacto da Depressão e da repressão fascista. Em troca da recém-descoberta respeitabilidade na condição de parceiros em negociações nacionais, no decorrer dos anos 50 e no início dos 60, os representantes sindicais muitas vezes preferiam colaborar com os patrões a obter proveito imediato da escassez de mão-de-obra. Em 1955, quando foi firmado na França o primeiro acordo de produtividade entre os representantes dos operários e a fábrica da Renault, então estatizada, o fato foi sintomático de uma mudança de perspectiva, pois o maior ganho dos trabalhadores não se deu através de salários, mas da concessão inovadora de uma terceira semana de férias remuneradas.<sup>11</sup>

Outro motivo pelo qual os antigos sindicatos de “colarinho azul” já não eram tão importantes na Europa Ocidental é que sua clientela — operários especializados, do sexo masculino — estava em declínio. A oferta de empregos na indústria de carvão, aço, têxteis e outras

<sup>11</sup> No ano seguinte, em março de 1956, o benefício foi estendido a todos os trabalhadores franceses. Os operários da Renault obtiveram, em 1962, uma quarta semana de férias remuneradas, mas, na ocasião, foram necessários sete anos até que o restante do país fizesse o mesmo.

manufaturas que remontavam ao século XIX diminuía, embora isso só se tornasse óbvio nos anos 60. Crescia a oferta de emprego no setor terciário, e muitos dos indivíduos que ocupavam os novos postos eram mulheres. Algumas funções — a fabricação de têxteis, o trabalho doméstico —, havia décadas, eram desempenhadas primordialmente por mulheres. Porém, após a guerra, as oportunidades de trabalho nessas duas atividades diminuíram drasticamente. A força de trabalho feminina já não era composta de mulheres solteiras que trabalhavam como criadas, nem de moças que trabalhavam em moinhos. Em vez disso, gradualmente, essa força de trabalho se compunha de mulheres mais velhas (não raro casadas) que se empregavam em estabelecimentos comerciais, escritórios e determinadas profissões de baixa remuneração: especialmente enfermagem e magistério. Já em 1961, a terça parte da força de trabalho empregada no Reino Unido era constituída de mulheres; e duas em cada três mulheres que trabalhavam fora de casa atuavam como escriturárias ou secretárias. Mesmo na Itália, onde as mulheres mais velhas, tradicionalmente, não faziam parte das fileiras das que (oficialmente) tinham emprego, no final dos anos 60, 27% da força de trabalho eram feminina.

A procura insaciável por mão-de-obra no próspero quadrante noroeste da Europa explica as migrações em massa ocorridas nos anos 50 e no início dos anos 60. Essas migrações assumiram três formas. Em primeiro lugar, homens (e, em menor grau, mulheres e crianças) deixaram os campos em favor da cidade e se mudaram para regiões mais desenvolvidas em seus próprios países. Na Espanha nas duas décadas seguintes aos anos 50, mais de um milhão de residentes de Andaluzia mudaram-se para o norte (para a Catalunha); já em 1970, 1,6 milhão de espanhóis nascidos em Andaluzia viviam fora de sua região natal, dos quais 712 mil apenas em Barcelona. Em Portugal, um elevado percentual dos residentes da região pobre do Alentejo partiu para Lisboa. Na Itália, entre 1955 e 1971, cerca de 9 milhões de pessoas mudaram-se de uma região do país para outra.

Esse modelo de movimento populacional não se restringiu ao Mediterrâneo. Os milhões de jovens que abandonaram a República Democrática da Alemanha para a República Federal da Alemanha entre 1950 e 1961 talvez estivessem buscando a liberdade política, mas, ao tomar a direção oeste, também buscavam empregos bem remunerados e uma vida melhor. Nesse particular, os alemães pouco diferiam dos contemporâneos espanhóis ou italianos — ou de 250 mil suecos do centro rural e do norte da Suécia que, na década seguinte a 1945, se transferiram para as cidades. Muito desse deslocamento foi impelido por disparidades de renda; mas o desejo de escapar da privação, do isolamento, da desolação que caracterizava a vida nos vilarejos e do domínio das tradicionais hierarquias rurais também pesou, especialmente entre os jovens. Um benefício incidental foi que os salários daqueles que permaneceram no campo, bem como a quantidade de terras que lhes ficaram disponíveis, aumentaram.

Uma segunda rota seguida pelos migrantes foi tipificada pela mudança de um país europeu para outro. É certo que a emigração européia não era novidade. Mas a maior parte dos 15 milhões de italianos que deixaram o país entre 1870 e 1926 cruzaram o oceano, para os Estados Unidos ou para a Argentina. O mesmo ocorreu com milhões de gregos, poloneses, judeus e outros que emigraram naqueles anos, ou com escandinavos, alemães e irlandeses que o fizeram na geração anterior. Depois da Primeira Guerra, evidentemente, verificou-se um escoamento contínuo de mineradores e lavradores que deixavam a Itália e a Polônia em direção

à França, por exemplo; e, na década de 1930, refugiados políticos escapavam do nazismo e do fascismo buscando o Ocidente. Mas a migração dentro da própria Europa, especialmente à procura de trabalho, continuou sendo a exceção.

No final da década de 1950, tudo isso mudou. A movimentação da força de trabalho através das fronteiras começou logo após o término da guerra — na sequência de um acordo assinado em junho de 1946, dezenas de milhares de jovens italianos viajaram em comboios organizados para trabalhar nas minas da Valônia, em troca de um compromisso, por parte da Bélgica, de fornecer carvão para a Itália. No entanto, durante a década de 1950, a expansão econômica do noroeste da Europa transcorria em ritmo mais acelerado do que o crescimento populacional: a geração do *baby-boom* ainda não ingressara no mercado de trabalho, mas a procura por mão-de-obra atingia o ponto máximo. À medida que a economia alemã, de modo especial, acelerava, o governo de Bonn via-se forçado a buscar mão-de-obra de baixo custo no exterior.

Já em 1956, o chanceler Adenauer estava em Roma para oferecer transporte gratuito a qualquer trabalhador italiano disposto a viajar até a Alemanha, buscando a cooperação oficial da Itália para que fossem encaminhados até o outro lado dos Alpes os italianos do sul que estivessem desempregados. Ao longo da década seguinte, as autoridades de Bonn assinariam uma série de acordos, abrangendo não apenas a Itália, mas Grécia e Espanha (1960), Turquia (1961), Marrocos (1963), Portugal (1964), Tunísia (1964) e Jugoslávia (1968). Trabalhadores estrangeiros (“convidados”) recebiam incentivo para aceitar emprego na Alemanha — mediante o entendimento de que a permanência em solo alemão seria temporária: haveriam de voltar ao país de origem. A exemplo dos trabalhadores migrantes finlandeses residentes na Suécia, ou dos irlandeses que trabalhavam na Grã-Bretanha, esses homens — a maioria com menos de 25 anos — eram quase sempre oriundos de regiões pobres, rurais ou montanhosas. A maioria não era especializada (embora alguns se sujeitassem à “desespecialização”, a fim de conseguir emprego). Os ganhos desses indivíduos na Alemanha e em outros países setentrionais desempenharam papel fundamental na sustentação das economias das regiões que eles haviam deixado para trás, e a sua partida aliviou a competição local por emprego e habitação. Em 1973, as remessas de trabalhadores no exterior representaram 90% da receita turca de exportações e 50% da receita de exportações na Grécia, em Portugal e na Jugoslávia.

O impacto demográfico desses deslocamentos populacionais foi significativo. Embora a presença dos migrantes fosse oficialmente “temporária”, na realidade eles jamais voltariam aos locais de origem. E se retornassem, só o fariam muitos anos mais tarde, ao se aposentarem. Sete milhões de italianos deixaram o país entre 1945 e 1970. De 1950 a 1970, uma quarta parte da força de trabalho da Grécia saiu em busca de trabalho no exterior: no auge da emigração, em meados dos anos 60, 117 mil gregos deixavam o país anualmente.<sup>12</sup> Estima-se que de 1961 a 1974 um milhão e meio de trabalhadores portugueses conseguiram emprego no exterior — no que constituiu o maior movimento populacional da História do país, que ficou com uma força de trabalho de apenas 3,1 milhões. Eram números significativos para um país cuja população total, em 1950, era de apenas 8,3 milhões de habitantes. A emigração

<sup>12</sup> O resultado foi que, no final da década de 1960, com o desenvolvimento do turismo, havia na própria Grécia uma escassez de trabalhadores para os empregos menos qualificados.

de jovens mulheres que buscavam trabalho doméstico em Paris e outros locais produziu um efeito marcante nas regiões rurais, onde a carência de jovens adultos só foi compensada pela chegada de imigrantes egressos das colônias portuguesas nas ilhas de Cabo Verde e na África. Na municipalidade portuguesa de Sabugal, no norte agrário, a emigração reduziu a população local de 43.513 habitantes, em 1950, a apenas 19.174, trinta anos mais tarde.

O efeito econômico para o país "importador" foi considerável. Já em 1964, trabalhadores estrangeiros (em sua maioria, italianos) representavam a quarta parte da força de trabalho da Suíça, cujo setor de turismo tanto dependia de mão-de-obra de baixo custo e sazonal, facilmente contratada e prontamente demitida. Na Alemanha Ocidental, em 1973 (ano culminante), havia 2,8 milhões de trabalhadores estrangeiros, a maioria na construção civil, na indústria metalúrgica e na fabricação de automóveis. Os estrangeiros somavam um operário em cada oito na força de trabalho do país. Na França, os 2,3 milhões de trabalhadores estrangeiros registrados naquele mesmo ano representavam 11% do total da população ativa. Muitos desses eram mulheres empregadas em serviço doméstico — cozinheiras, arrumadeiras, zeladoras e babás —, em sua maioria, de origem portuguesa.

A maioria desses homens e mulheres não tinha direito a residência permanente e não era incluída nos acordos assinados por sindicatos e patrões, acordos que garantiam estabilidade, previdência e aposentadoria dos empregados locais. Sendo assim, sob o ponto de vista do patrão e do país que os recebia, os trabalhadores estrangeiros não exigiam grande compromisso nem representavam custos elevados a longo prazo. Já em plena década de 1980, na Alemanha, "trabalhadores convidados" não recebiam promoções nem aumentos salariais. Viviam precariamente, enviando para seus países de origem a maior parte do dinheiro que ganhavam; por menor que fosse o pagamento em marcos ou francos, o valor era muitas vezes superior ao que receberiam em seus vilarejos natais. A condição desses indivíduos assemelhava-se à do melancólico garçom italiano em Lucerna, levemente caricaturado em 1973 por Franco Brusati no filme *Pão e Chocolate*.

Já em 1973, apenas na Alemanha Ocidental, viviam quase meio milhão de italianos, 535 mil iugoslavos e 605 mil turcos.<sup>13</sup> Os alemães — a exemplo dos suíços, franceses, belgas ou britânicos — não viam com bons olhos a chegada de tantos estrangeiros a seu solo. A experiência de viver entre tanta gente de origem estrangeira era desconhecida da maioria dos europeus. A presença estrangeira só era relativamente tolerada, com surtos somente ocasionais de preconceito ou violência contra comunidades de trabalhadores internacionais, porque os estrangeiros viviam isolados da população local (em sombrios subúrbios das grandes cidades), porque numa época de pleno emprego eles não representavam ameaça econômica, porque, ao menos no caso de cristãos oriundos de Portugal, da Itália e da Iugoslávia, os trabalhadores estrangeiros eram física e culturalmente "assimiláveis" — i.e., não eram de cor de pele escura, nem muçulmanos — e porque o entendimento geral era de que um dia eles iriam embora.

No entanto, essas considerações não se aplicavam a uma terceira fonte de trabalho importado: imigrantes de colônias européias passadas e atuais. De início, o número de pessoas nessa categoria não era significativo. Muitos dos indivíduos que haviam retornado para a Holanda,

<sup>13</sup> Quinze anos antes, em 1958, havia apenas 25 mil italianos, 4 mil iugoslavos e o número de turcos era insuficiente para ser registrado nos censos oficiais.

Bélgica e França originários de antigas possessões imperiais na Ásia, África, América do Sul e no Pacífico eram profissionais de cor branca, ou então agricultores aposentados. Até mesmo os argelinos que viviam em solo francês somavam, em 1969, apenas 600 mil, número inferior ao das populações locais de italianos ou espanhóis.

Mesmo na Grã-Bretanha, onde os governos da década de 1950 incentivaram a imigração caribenha para o trabalho nos trens, ônibus e serviços municipais, as cifras não eram particularmente impressionantes. No censo de 1951, havia 15 mil caribenhos (a maioria de Barbados) residindo no Reino Unido, sendo 4 mil em Londres. Em 1959, a imigração caribenha para o Reino Unido somava cerca de 16 mil pessoas por ano. A imigração a partir de outras regiões da Comunidade Britânica era ainda menor — em 1959, somente 3 mil imigrantes chegaram da Índia e do Paquistão. Os números aumentariam nos anos seguintes — notadamente quando o governo britânico concordou (com relutância) em receber os asiáticos que viviam na África Oriental e que haviam sido expulsos pelo ditador ugandense Idi Amin; contudo, em 1976, havia apenas 1,85 milhão de "não-brancos" na população do Reino Unido, 3% do total. E 40% dessas pessoas eram nascidas no país.

A diferença, evidentemente, residia no fato de que essas pessoas eram pardas ou negras — e, sendo cidadãos da Comunidade Britânica, tinham direito a residência permanente e cidadania na metrópole imperial. Já em 1958, tumultos raciais na região oeste de Londres alertavam o governo quanto ao risco de permitir a entrada de "um número excessivo" de imigrantes numa sociedade historicamente branca. E assim, embora a necessidade econômica da presença de imigrantes sem formação profissional continuasse a pesar e o número total de imigrantes continuasse insignificante, o Reino Unido introduziu a primeira de uma série de medidas de controle sobre a imigração de origem não-européia. A Lei de Imigração da Comunidade Britânica, que passou a vigorar em 1962, instituiu pela primeira vez a "licença-emprego" e impôs controles rígidos sobre a imigração de não-brancos para o Reino Unido. Uma lei subsequente, de 1968, impôs mais controles, restringindo a cidadania do Reino Unido a indivíduos que tivessem ao menos pai ou mãe britânico; em 1971, outra lei, francamente direcionada a não-brancos, restringia a entrada de dependentes de imigrantes que já estavam na Grã-Bretanha.<sup>14</sup>

O efeito real dessas leis foi que a imigração não-européia para a Grã-Bretanha chegou ao fim menos de vinte anos após ter iniciado. Depois, a fatia crescente de não-brancos na população do Reino Unido seria uma função dos elevados índices de nascimentos de africanos, caribenhos e sul-asiáticos no país. Por outro lado, as restrições drásticas impostas aos direitos de negros e asiáticos entrarem no Reino Unido foram acompanhadas, em tempo, pela melhoria considerável das oportunidades de vida depois que tais indivíduos ali se estabeleciam. A Lei das Relações Raciais, de 1965, proibiu a discriminação em locais públicos,

<sup>14</sup> Essas restrições draconianas à imigração colonial refletiam a opinião predominante nos dois partidos políticos principais. Entretanto, há menos de uma geração anterior e sob circunstâncias bastante diversas, o primeiro-ministro trabalhista, Clement Attlee, assim escrevera, em julho de 1948: "A tradição é que súditos britânicos, quer de origem metropolitana ou colonial (e a despeito de raça ou cor), sejam admitidos livremente ao Reino Unido. Essa tradição, a meu ver, não deve ser descartada de maneira leviana, especialmente numa época em que importamos mão-de-obra estrangeira em larga escala."

introduziu antídotos contra a discriminação no emprego e estabeleceu punições a serem aplicadas em caso de incitação ao ódio racial. Uma lei subsequente, que entrou em vigor 11 anos depois, finalmente declarou ilegal toda discriminação baseada em raça e criou a Comissão pela Igualdade Racial. Sob determinados aspectos, as novas (e não-européias) populações da Grã-Bretanha (e, mais tarde, da França) tiveram mais sorte do que os europeus de segunda classe que encontraram trabalho ao norte dos Alpes. Proprietárias de imóveis na Inglaterra já não podiam exibir cartazes com os dizeres: "Proibida a presença de Negros, Irlandeses e Cães"; mas avisos que impediam a entrada de "cães e italianos" ainda seriam vistos em parques suíços durante anos.

No norte europeu a situação dos trabalhadores estrangeiros e outros residentes era mantida sob condições propositadamente precárias. O governo holandês incentivava operários da Espanha, Iugoslávia, Itália (e, mais tarde, da Turquia, do Marrocos e do Suriname) a assumir empregos na indústria têxtil, na mineração e na construção naval. Porém, quando as velhas indústrias fecharam as portas, foram esses os trabalhadores que perderam seus empregos, muitas vezes sem qualquer seguro ou apoio social que amortecesse o impacto da demissão neles próprios e em suas famílias. Na Alemanha Ocidental, a Lei dos Estrangeiros, que entrou em vigor em 1965, incorporou ao texto as "Normas Policiais para Estrangeiros", que tinham sido promulgadas pelos nazistas em 1938. A força de trabalho estrangeira era descrita e tratada como presença temporária, à mercê das autoridades. Já em 1974, entretanto, quando a economia europeia se arrastava e muitos dos trabalhadores imigrantes já não se faziam necessários, estes haviam se tornado residentes permanentes. Naquele ano, 17,3% de todas as crianças nascidas na Alemanha Ocidental eram filhos de "estrangeiros".

É difícil superestimar o impacto real do movimento dessas pessoas. No total, os indivíduos em trânsito somaram cerca de 40 milhões; deslocavam-se no interior de países, entre países, ou chegavam à Europa provenientes do outro lado do oceano. Sem essa força de trabalho abundante, de baixo custo, vulnerável e desorganizada, o boom europeu não teria sido possível. No pós-guerra, os Estados — e os empregadores do setor privado — se beneficiaram muito do fluxo contínuo de trabalhadores submissos e mal pagos, pelos quais os patrões tantas vezes deixavam de assumir a totalidade dos custos sociais. Quando o boom acabou e chegou o momento de dispensar a mão-de-obra excedente, a força de trabalho imigrante e migrante foi a primeira a ser afetada.

Como todo mundo, o novo trabalhador não apenas fabricava itens; ele os comprava também. Isso era novidade. Ao longo da História, a maioria dos indivíduos na Europa — e em outros locais do mundo — possuía apenas quatro tipos de bens: bens que herdavam dos pais; que os próprios donos confeccionavam; que os donos negociavam ou trocavam com outras pessoas; e os poucos itens que tinham sido obrigados a comprar, itens quase sempre feitos por alguém conhecido. No decorrer do século XIX, a industrialização transformara o mundo dos residentes das cidades maiores e menores; mas, em muitas regiões rurais da Europa, a economia tradicional funcionou basicamente sem alteração até a Segunda Guerra Mundial e mesmo depois que o conflito terminou.

As maiores despesas no orçamento doméstico tradicional eram com alimentação e vestuário, que acrescentadas ao gasto com moradia consumiam grande parte da renda familiar. A maioria das pessoas não fazia compras e não "consumia", no sentido moderno do termo; a maior parte dos indivíduos apenas subsistia. Para a arrasadora maioria da população europeia, até meados do século XX, "renda disponível" era expressão contraditória. Ainda em 1950, a família europeia ocidental média gastava mais da metade de seus recursos financeiros com necessidades: comida, bebida, fumo (sic). Na Europa mediterrânea, o índice era bem mais elevado. Somando-se aí gastos com vestuário e aluguel, sobrava pouco para itens supérfluos.

Na geração seguinte, tudo isso haveria de mudar. Nas duas décadas após 1953, o salário real quase triplicou na Alemanha Ocidental e nos países do Benelux. Na Itália, o ritmo do aumento da renda foi ainda mais intenso. Mesmo na Grã-Bretanha o poder de compra do cidadão médio praticamente dobrou nos anos em questão. Já em 1965, gêneros alimentícios e roupas absorviam apenas 31% do gasto dos consumidores britânicos; em 1980, no norte e oeste da Europa, a média com despesas era inferior a 25%.

A população passou a ter dinheiro sobressalente e começou a gastá-lo. Em 1950, o comércio varejista na Alemanha Ocidental vendeu apenas 900 mil pares de meias de náilon femininas (emblemático item de "luxo" nos primeiros anos do pós-guerra). Quatro anos depois, em 1953, o movimento era de 58 milhões de pares. Em relação a mercadorias mais tradicionais, o grande impacto dessa revolução do consumo se deu através da maneira com a qual os produtos eram embalados e da escala em que eram vendidos. Começaram a surgir os supermercados, especialmente nos anos 60, a década em que o impacto do aumento do poder aquisitivo foi sentido de modo mais expressivo. A Holanda, que em 1961 contava com apenas sete supermercados, somava 520, dez anos depois. Na mesma década, o número total de supermercados na vizinha Bélgica subiu de 19 para 456; na França, de 49 para 1.833.<sup>15</sup>

A lógica dos supermercados era de que os compradores (em sua maioria donas de casa) gastariam mais se quase tudo o que desejassem — ou pudessem ser tentados a desejar — estivesse convenientemente à mão, no mesmo estabelecimento. Mas a idéia se baseava na suposição de que as mulheres teriam onde guardar os alimentos quando os trouxessem para casa; e isso passou a implicar, cada vez mais, a presença da geladeira. Em 1957, na Europa Ocidental, a maioria dos lares ainda não possuía refrigerador (os índices variavam de 12%, na Alemanha Ocidental, a 2%, na Itália). O motivo era menos técnico (em meados dos anos 50, praticamente toda a Europa Ocidental contava com energia elétrica, à exceção de determinadas regiões rurais na Noruega e de áreas montanhosas ou meridionais da Itália) do que logístico: se as donas de casa não podiam comprar e levar para casa uma quantidade razoável de itens perecíveis de uma só vez, não fazia sentido gastar um dinheirão com uma geladeira.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> A exceção foi a Itália, onde, em 1971, menos de 5% do total das compras eram feitas nos 538 supermercados do país e onde quase toda a população continuava a fazer compras em estabelecimentos locais e especializados. Isso ainda era verdade vinte anos mais tarde: em 1991, quando o número de pequenas lojas que vendiam gêneros alimentícios na Alemanha Ocidental diminuíra para 37 mil e na França para 21.500, ainda existiam 182.432 minimercados na Itália. Considerando o índice por habitante, somente a Polônia superava a Itália.

<sup>16</sup> Havia também objeções de caráter "cultural". Em 1952, o escritor comunista francês Roger Vailland afirmou: "Num país como a França, onde — exceto dois meses por ano, nem todos os anos — faz sempre tanto frio que uma caixa no para-vento da janela é capaz de preservar o assado durante o fim de semana, ou até por mais tempo, a geladeira é um 'símbolo', uma 'mistificação' (americana)."

É, portanto, sintomático de muitas outras mudanças análogas que já em 1974, na maioria dos locais, a ausência de um refrigerador fosse notada: na Bélgica e no Reino Unido, 82% dos lares tinham geladeira; na França, 88%; na Holanda e na Alemanha Ocidental, 93%. O que é mais impressionante: 94% dos lares italianos possuíam geladeira, o índice mais elevado na Europa. Na verdade, a Itália se tornara a maior fabricante de refrigeradores e itens similares. Em 1951, a indústria italiana produzira apenas 18.500 refrigeradores; duas décadas mais tarde, a Itália fabricava 5,247 milhões de peças por ano — quase tanto quanto os EUA, e mais do que todo o restante da Europa somado.

A exemplo da geladeira doméstica, a lavadora de roupas surgiu naqueles anos. Também a máquina de lavar roupa visava facilitar o trabalho da dona de casa naquele novo contexto de prosperidade e incentivá-la a ampliar o leque de suas compras. Todavia, a lavadora demorou mais a vingar do que o refrigerador — em parte porque, em meados da década de 1950, ainda não havia água encanada em mais da metade dos lares da Bélgica, Itália, Áustria, Espanha e de muitas regiões da França e da Escandinávia, e em parte porque a rede elétrica, em muitos locais, não agüentava duas máquinas de grande porte numa única residência.<sup>17</sup> Ainda em 1972, quando a maioria dos europeus ocidentais já vivia em lares equipados com banheiros internos e encanamento hidráulico, apenas uma residência em cada três possuía lavadora de roupas, índice que cresceu lentamente a cada nova década. Lavadoras permaneceram, durante muitos anos, fora do alcance das camadas mais desvalidas, especialmente das famílias numerosas, que mais precisavam delas. Esse foi um dos motivos pelos quais a máquina de lavar roupa — assim como as lavadoras de louça, depois de meados dos anos 70 — ficou associada, em termos de imagem comercial, com os acessórios domésticos de uma classe média abastada.

Mas o preço das lavadoras de roupa e das geladeiras começou a cair. Assim como brinquedos e vestuário, elas passaram a ser fabricadas em escala crescente, pois maiores investimentos, de um lado, e elevada procura, do outro, fizeram os preços cair; mesmo na França, onde a produção em massa era sempre um pouco devagar, o giro da indústria de brinquedos aumentou 350% nos primeiros anos do *baby-boom* (entre 1948 e 1955). Mas o impacto dos milhões de consumidores agora empregados foi mais significativo fora do que dentro do lar. A maior medida da prosperidade europeia foi a revolução causada pelo automóvel familiar.

Até a década de 1950, o automóvel era um luxo para a maioria dos europeus e, em muitos locais, raramente visto. Mesmo nas grandes cidades, era bem recente a chegada do carro motorizado. A maioria das pessoas não viajava grandes distâncias por lazer e, quando se dirigia ao trabalho ou à escola, utilizava transporte público: trens, bondes e ônibus. No início dos anos 50, havia apenas 89 mil carros particulares (excluindo táxis) na Espanha: um automóvel para cada 314 mil pessoas. Na França, em 1951, não mais do que um lar em cada 12 possuía carro. Somente na Grã-Bretanha a posse de carros era um fenômeno de massa: já em 1950, havia no país 2,258 milhões de automóveis. Mas a distribuição geográfica era desigual: cerca de uma quarta parte dos carros tinha licença registrada em Londres — nas regiões rurais da Grã-Bretanha, automóveis eram tão escassos quanto na França ou na Itália. E, mesmo assim,

<sup>17</sup> Somente em 1963, a companhia Electricité de France começou a aumentar a capacidade das linhas de energia urbana, possibilitando a operação de vários eletrodomésticos — no campo, o mesmo ocorreu alguns anos depois.

muitos londrinos não tinham carro, e milhares de comerciantes, vendedores ambulantes etc. ainda dependiam do cavalo e da carroça.

O número de proprietários de automóveis registraria um incremento espetacular nas duas décadas seguintes. Na Grã-Bretanha, onde, ao longo da década de 1930, o aumento inicial fora estancado pela guerra e pela escassez do pós-guerra, esse número dobrou década após década, de 1950 a 1980. De 2,250 milhões de veículos, em 1950, o número de carros particulares na Grã-Bretanha, em 1964, passou a 8 milhões, chegando a 11,5 milhões no final dos anos 60. Os italianos, que no início da guerra possuíam apenas 270 mil automóveis e 342 mil em 1950 (número inferior ao registrado somente na Grande Londres), já contavam com 2 milhões de veículos em 1960, 5,5 milhões em 1965, mais de 10 milhões em 1970 e cerca de 15 milhões cinco anos depois — dois carros para cada sete residentes do país.<sup>18</sup> Na França, o número de veículos particulares subiu de menos de 2 milhões a quase 6 milhões no decorrer da década de 1950, e dobrou nos dez anos seguintes. Um sintoma desse aumento foi a introdução de parquímetros, no final dos anos 50 — primeiramente, na Grã-Bretanha, depois, na França e em outros locais, durante os anos 60.<sup>19</sup>

Se os europeus podiam adquirir carros particulares em números sem precedentes, não era apenas porque dispunham de mais dinheiro. Havia um número muito maior de veículos disponíveis para atender à demanda reprimida durante as décadas da Depressão e da guerra. Muito antes de 1939, várias fábricas de automóveis na Europa (a Porsche, na Alemanha; a Renault e a Citroën, na França; a Morris, na Grã-Bretanha), prevendo o aumento da procura no período pós-Depressão, começaram a projetar um novo tipo de veículo familiar — com funções análogas às do Modelo T criado por Henry Ford vinte anos antes: confiável, produzido em massa e a preço acessível. A guerra retardou o surgimento desses modelos, mas no início dos anos 50 tais veículos saíam das novas linhas de montagem em números cada vez maiores.

Em cada país da Europa Ocidental surgiu um modelo e uma marca favoritos, mas, essencialmente, os carros eram muito similares. O fusca da Volkswagen, o Renault 4CV, o Fiat 500 e 600, o Austin A30 e o Morris Minor eram unidades compactas, de duas portas, destinadas ao transporte familiar: baratos para comprar, baratos para manter e fáceis de consertar. Tinham estruturas leves e reduzidas, motores pequenos e projetados para operar com baixo consumo de combustível e eram equipados com o mínimo possível de acessórios e aparelhagens. Os Volkswagens, os Renaults e os Fiats tinham motor traseiro e tração nas rodas traseiras, deixando o compartimento à frente do motorista livre para acomodar bagagem, além de bateria, estepe, macaco e ferramentas.

O Morris, com motor na frente, a exemplo do concorrente — o Ford Popular (norte-americano, mas montado na fábrica da Ford em Dagenham, perto de Londres, e voltado para o mercado doméstico britânico) —, acenava com um nível de conforto um pouco mais elevado, e mais tarde se desdobraria num modelo de quatro portas, condizente com a

<sup>18</sup> Aumento exponencial muito bem captado pela cena de abertura do filme *8½*, de Fellini, em 1963. Mesmo para os padrões de Fellini, o congestionamento de tráfego urbano seria estranhamente implausível poucos anos antes.

<sup>19</sup> A reação local a essa inovação seguiu um precedente histórico: motoristas ingleses, considerando cobranças feitas pelos parquímetros uma forma de tributação desautorizada, recusavam-se a pagar. Os franceses expressaram a sua desaprovção "decapitando" parquímetros em Paris.

maior prosperidade da Grã-Bretanha nos anos em questão. Na França, a Citroën introduziu o singularíssimo 2CV (inicialmente vendido a fazendeiros que desejavam substituir o carro de bois), com quatro portas, capota e assentos removíveis e motor de uma motocicleta de tamanho médio. Apesar das variantes culturais aqui descritas, os carros compactos dos anos 50 tinham um objetivo comum: tornar a propriedade de automóveis acessível a quase todas as famílias da Europa Ocidental.

Durante alguns anos após o início da revolução dos transportes ocorrida na Europa, a oferta de veículos não conseguiu acompanhar a procura (situação que perdurou na Europa Oriental até 1989). Daí, por algum tempo, bicicletas, motocicletas e *sidecars* foram muito utilizados — estes últimos como recurso de transporte para famílias sem condições financeiras de adquirir um carro. Surgiram as motonetas — na França e, especialmente, na Itália, onde a primeira corrida nacional de motonetas, realizada em Roma em 13 de novembro de 1949, foi seguida de um extraordinário aumento da procura; as motonetas eram símbolos de liberdade urbana e mobilidade, veículos úteis e vendidos a preços acessíveis, apreciados pelos jovens e celebrados — sobretudo a Vespa — em todos os filmes da época rodados na Itália ou que versassem sobre a Itália.

Mas, no início dos anos 60, o carro já comandava a cena na Europa Ocidental, substituindo o fluxo de tráfego das ferrovias pelo das rodovias, e o transporte público pelo transporte particular. Nos anos seguintes à Primeira Guerra, as redes ferroviárias atingiram o ponto máximo em extensão e número de usuários; agora, linhas deficitárias eram encurtadas e milhares de quilômetros de trilhos eram retirados. No Reino Unido, em 1946, as ferrovias transportaram 901 milhões de passageiros, número que se aproximava do recorde histórico. Mas, a partir de então, registrou-se um declínio, ano após ano. Em outros locais do Oeste Europeu, o tráfego ferroviário foi mais constante; em países pequenos e superpovoados, onde as redes ferroviárias eram eficientes — como a Bélgica, Holanda e Dinamarca —, o tráfego chegou a aumentar; mas em ritmo bem inferior ao registrado pelo tráfego rodoviário.

O número de pessoas que utilizavam ônibus também começou a diminuir, pela primeira vez, visto que um número crescente de indivíduos seguia de carro até o local de trabalho. Entre 1948 e 1962, na congestionada capital britânica, o tráfego total de passageiros que utilizavam o sistema municipal de ônibus, bonde e metrô diminuiu de 3,955 milhões para 2,485 milhões por ano, pois os viajantes preferiam utilizar seus próprios carros. A despeito das condições inadequadas das rodovias europeias (exceto no caso da Alemanha, não se faziam melhorias significativas nas redes rodoviárias nacionais desde o final dos anos 20), indivíduos e especialmente famílias recorriam cada vez mais aos automóveis para deslocamentos opcionais: para ir até os hipermercados, agora localizados na periferia das cidades e, primordialmente, para passeios de fim de semana e férias anuais.<sup>20</sup>

Viagens de lazer na Europa não eram novidade, embora até então esse tipo de jornada ficasse restrito, de início, à aristocracia e, mais tarde, à classe média, mais próspera e culturalmente am-

<sup>20</sup> Os primeiros hipermercados europeus, definidos como lojas com superfície de ao menos 2.300 metros quadrados em um só pavimento e geralmente localizados ao menos a 3 quilômetros do centro da cidade, começaram a surgir no final dos anos 60. Já em 1973, havia no Oeste Europeu cerca de 750 dessas lojas gigantescas, 620 das quais somente na França e na Alemanha Ocidental. Na Itália, no mesmo ano, havia apenas três. Vinte anos depois, havia na França 8 mil hipermercados e grandes lojas... mas ainda não mais do que 118 na Itália.

biciosa. Porém, tanto quanto qualquer outro setor econômico, o turismo sofreu com a guerra e a recessão econômica. Na Suíça, a indústria do turismo, em 1913, gabava-se de registrar 21,9 milhões de diárias em hotel; tais índices só seriam iguais em meados dos anos 50. Mas o boom de turismo na década de 1950 foi diferente. O fenômeno foi facilitado e estimulado pela disponibilidade de transporte particular e, acima de tudo, pelo número crescente de pessoas que desfrutavam férias remuneradas: já em 1960, na Europa continental, a maioria dos empregados tinha direito por lei a duas semanas de férias remuneradas (três na Noruega, Suécia, Dinamarca e França) e, cada vez mais, esses indivíduos passavam as férias fora de casa.

Viagens de lazer começavam a propiciar o turismo em massa. As empresas de ônibus prosperavam, explorando, com serviços nacionais e internacionais, a tradição dos passeios anuais de operários e agricultores ao litoral. Os primeiros empresários da aviação, tais como o britânico Freddie Laker, que havia adquirido aviões de turbohélices Bristol-Britannia remanescentes da guerra, instituíram serviços de fretamento com destino aos recém-inaugurados resorts de veraneio na Itália, França e Espanha. O camping — atividade já apreciada antes da guerra por turistas menos abastados e entusiastas da vida ao ar livre — tornou-se uma grande indústria no final dos anos 50, com um número crescente de locais de acampamento espalhados pelo litoral e pelo interior, lojas de apetrechos e roupas especializadas e guias impressos. Antigos locais procurados para férias — na costa e no interior do norte e oeste da Europa — prosperavam. Surgiram outros locais (descobertos ou redescobertos), que ganhavam destaque em livretos vistosos e na mitologia popular. A Riviera Francesa, antes tranquilo refúgio de inverno para a pequena nobreza eduardiana, foi agraciada com sedutora e jovial restauração, visível num novo gênero cinematográfico, o filme do tipo “prazeres do sol”: em 1956, Roger Vadim “inventou” Saint-Tropez como vitrine para sua nova starlet, Brigitte Bardot, em *E Deus Criou a Mulher*.

Nem todo mundo podia pagar por férias em Saint-Tropez ou na Suíça — embora o litoral e as montanhas da França e da Itália ainda fossem financeiramente acessíveis a viajantes provenientes da Grã-Bretanha ou da Alemanha, que trocavam libras e marcos por francos e liras, à época desvalorizados. Mas os balneários domésticos, ainda muito procurados, especialmente por britânicos, holandeses e alemães, eram agora bem baratos. Billy Butlin, canadense que trabalhava em feiras e parques e abriu o seu primeiro negócio em Skegness, em 1936, fez fortuna nos anos 50 vendendo férias em família, de preço único, “baratas e animadas”, em acampamentos estrategicamente situados no litoral da região industrial da Inglaterra: “Walmart com estadia” como comentou, em retrospecto, um crítico cínico. Mas o esquema de Butlin obteve imensa popularidade à época — e foi o ancestral inconfesso do Club Med francês, preferência de recreação coletiva de uma geração posterior, mais cosmopolita, inclusive quanto aos “gentils organisateurs” (ou “Jaquetas Vermelhas”, conforme Butlin os chamava).

Para os mais aventureiros, havia também os recém-abertos resorts da costa espanhola no Mediterrâneo, onde os visitantes podiam escolher entre hospedarias que serviam o café-da-manhã, *pensiones* ou modestos hotéis litorâneos, cujas reservas eram controladas por uma nova classe de operadores de pacotes de viagem. E todos esses destinos podiam agora ser alcançados de carro. Vestindo roupas de verão (novidades no mercado — e sinal de prosperidade), milhões de famílias se apertavam em seus Fiats, Renaults, Volkswagens e Morrisés — geralmente no mesmo dia, pois as datas das férias oficiais costumavam ocorrer em determinadas

semanas de agosto — e seguiam para litorais distantes, por vias estreitas e sem infra-estrutura, construídas para viagens realizadas em tempos passados.

O resultado eram congestionamentos sem precedentes, terríveis, piores a cada ano, a contar do final da década de 1950. Os viajantes seguiam pelas rodovias óbvias: a A303, no sentido sudoeste, de Londres até Cornualha; as Routes Nationales 6 e 7, de Paris até a costa do Mediterrâneo; a Route Nationale 9, de Paris até a fronteira espanhola (de poucos milhares de turistas, em 1955, os visitantes franceses na Espanha somavam 3 milhões, em 1962, e 7 milhões dois anos mais tarde — na Espanha de Franco, até a moeda francesa tinha bom poder de compra, especialmente depois da revalorização implementada por De Gaulle).<sup>21</sup> Turistas alemães seguiam a rota sul do comércio medieval, descendo o Tirol austríaco, cruzando o Passo de Brenner e chegando à Itália em números sempre crescentes. Muitos prosseguiram até a Iugoslávia, que, a exemplo da Espanha, se abriu ao turismo internacional naqueles anos: já somando 1,7 milhão em 1963, os viajantes internacionais que se destinavam ao único país comunista acessível em toda a Europa (abençoado com o extenso e econômico litoral adriático) chegavam a quase 6,3 milhões por ano uma década mais tarde.

O turismo em massa, já houve quem observasse, talvez seja insensível ao meio ambiente, mas apresenta claros benefícios de redistribuição. À medida que os prósperos habitantes do norte da Europa acorriam às regiões mediterrâneas até então empobrecidas, surgiam oportunidades de emprego para operários da construção civil, cozinheiros, garçons, arrumadeiras, taxistas, prostitutas, carregadores, mecânicos de avião etc. Pela primeira vez, jovens de ambos os sexos, sem formação profissional, na Grécia, Iugoslávia, Itália e Espanha, encontravam trabalho sazonal (de baixa remuneração) em seus próprios países, e não no exterior. Em vez de migrarem para as economias expansionistas do norte, agora trabalhavam para essas mesmas economias em seus próprios países.

Talvez as viagens internacionais não abrissem tanto a mente: quanto mais popular se tornava um destino no exterior, tanto mais se assemelhava — em todas as características essenciais, exceto o clima — ao local de origem do turista. Na realidade, o sucesso do turismo em grande escala, durante a década de 1960 e depois, dependia da capacidade de fazer com que britânicos, alemães, holandeses, franceses e outros viajantes novatos sentissem o maior conforto possível, cercados de compatriotas e protegidos contra tudo que fosse exótico, estranho ou inusitado. No entanto, o simples fato de viajar regularmente (todos os anos) até algum lugar distante, bem como os novos meios de transporte utilizados — carros particulares, vôos fretados —, oferecia a milhões de homens e mulheres (e especialmente aos filhos) até então isolados uma janela aberta para um mundo bem maior.

Até os anos 60, a principal fonte de informação, opinião e entretenimento disponível para a grande maioria dos europeus era o rádio. Era através do rádio que as pessoas escutavam as notícias, e se havia uma cultura nacional comum, esta era moldada mais pelo que as pessoas ouviam do que pelo que viam ou liam. Naquela época, em todos os países europeus, o

<sup>21</sup> Entre 1959 e 1973, o número de visitantes na Espanha subiu de 3 milhões para 34 milhões. Em 1966, o número de turistas que visitaram a Espanha — 17,3 milhões — ultrapassava em muito os totais registrados na França e na Itália. Em áreas do nordeste e no litoral mediterrâneo espanhol, a transição de uma economia pré-industrial para a era do cartão de crédito ocorreu no espaço de tempo correspondente a meia geração. O impacto estético e psicológico nem sempre foi positivo.

rádio era administrado pelo Estado (na França, a rede nacional encerrava as transmissões à meia-noite). As emissoras, os transmissores e as frequências eram licenciados pelos governos nacionais e geralmente pertenciam aos mesmos: as poucas emissoras de rádio que faziam transmissões de fora das divisas nacionais costumavam se situar em navios ou ilhas e, coloquialmente, eram chamadas de “piratas”.

A posse de rádios, já bastante comum antes da guerra, tornou-se quase universal em 1960: nesse ano havia um aparelho de rádio para cada cinco habitantes na URSS, um para cada quatro na França, Áustria e Suíça, e um para cada três na Escandinávia e na Alemanha Oriental. Na realidade, quase toda família possuía um rádio.<sup>22</sup> A maioria dos aparelhos de rádio domésticos tinha evoluído pouco em relação às unidades grandes, pesadas, com funcionamento à base de válvulas e que remontavam às décadas do entreguerras. Geralmente, um único transmissor era utilizado por toda a família. O aparelho ocupava um local privilegiado na sala de visitas ou na cozinha, e a família ouvia rádio reunida num mesmo local. Quanto aos aparelhos instalados em carros, o hábito era mantido — as famílias que viajavam juntas ouviam rádio juntas, e os pais escolhiam os programas. Por conseguinte, o rádio era um meio de comunicação conservador, quer em termos dos conteúdos, quer dos comportamentos sociais que promovia e afirmava.

Os aparelhos transistores iriam mudar todo esse cenário. Em 1958, o rádio transistor ainda era raro — em toda a França, por exemplo, havia apenas 260 mil. Mas, três anos depois, em 1961, os franceses possuíam 2,25 milhões de rádios transistores. Já em 1968, quando nove em cada dez pessoas na França tinham rádio, dois terços dos aparelhos eram modelos portáteis. Os adolescentes já não precisavam sentar ao lado dos familiares, escutando noticiário e novela moldados ao gosto dos adultos e transmitidos em horários adequados à “programação familiar”, geralmente após o jantar. Os adolescentes tinham agora os seus próprios programas — *Salut les Copains*, na rádio nacional francesa, *Pick of the Pops*, na BBC etc. Aparelhos individuais propiciavam agora uma programação dirigida a determinados segmentos populacionais; e quando os sistemas estatais de rádio se mostraram lentos no processo de adaptação da programação, estações “periféricas” — a Rádio Luxemburgo, a Rádio Monte Carlo ou a Rádio Andorra, transmitindo legalmente, mas de fora das fronteiras do Estado e financiadas por publicidade comercial — agarraram a oportunidade.

Rádios transistores, de pilhas, eram leves e portáteis, e assim bem adaptados a uma era de crescente mobilidade — o habitat natural desses aparelhos era a praia ou o parque público. Mas o rádio ainda era um meio de comunicação sonora e, portanto, limitado em sua capacidade de adaptação a uma era cada vez mais visual. Para as pessoas idosas, o rádio continuava sendo fonte de informação, instrução e entretenimento. Nos Estados comunistas o aparelho de rádio era também o único meio de acesso, por mais inadequado que fosse, a notícias e opiniões não-censuradas, transmitidas pela Rádio Europa Livre, pela Voz da América e, primordialmente, pelo Serviço Internacional da BBC. Mas os jovens em toda a Europa agora

<sup>22</sup> À exceção da península Ibérica e do sul dos Balcãs, onde o número de pessoas que possuíam rádio era, aproximadamente, comparável ao da Europa Ocidental 35 anos antes e onde as pessoas ainda se reuniam em cafés a fim de escutar notícias e música.

escutavam rádio, acima de tudo, por causa da música pop. Para qualquer outro tipo de programa, recorriam cada vez mais à televisão.

A televisão chegou à Europa lentamente e, em alguns locais, tardiamente. Na Grã-Bretanha, a transmissão regular teve início na década de 1940 e muita gente assistiu ao vivo pela TV à coroação da rainha Elizabeth II, em junho de 1953. Já em 1958, o número de concessões para emissoras de televisão superava o número para emissoras de rádio: o país tinha 10 milhões de aparelhos em uso doméstico antes mesmo do início dos anos 60. A França, em contrapartida, contava com apenas 60 mil aparelhos de TV em junho de 1953 (quando já havia 200 mil na Alemanha Ocidental e 15 milhões nos EUA); mesmo em 1960, somente uma família francesa em cada oito possuía televisão, índice que representava uma quinta parte do registrado no Reino Unido, para uma população equivalente. Na Itália, os números eram ainda mais baixos.

No decorrer dos anos 60, entretanto, a televisão se espalhou por toda parte — aparelhos pequenos e em preto-e-branco tinham se tornado financeiramente acessíveis e essenciais ao mobiliário doméstico, mesmo nos lares mais modestos. Já em 1970, havia em média um aparelho de TV para cada quatro pessoas na Europa Ocidental — mais do que isso no Reino Unido, bem menos na Irlanda. Em alguns países — França, Holanda, Irlanda e Itália (este último o maior fabricante europeu de aparelhos de TV, bem como de geladeiras) — era mais comum uma família possuir televisão do que telefone, embora, considerando os padrões futuros, as pessoas não assistissem a muita televisão: na Itália, três quartos dos adultos assistiam a menos de 13 horas de TV por semana. Na Alemanha Oriental, duas em cada três residências tinham televisão (ao passo que menos da metade possuía geladeira); tchecos, húngaros e estônios (que já em 1954 assistiam a transmissões da TV finlandesa) vinham logo atrás.

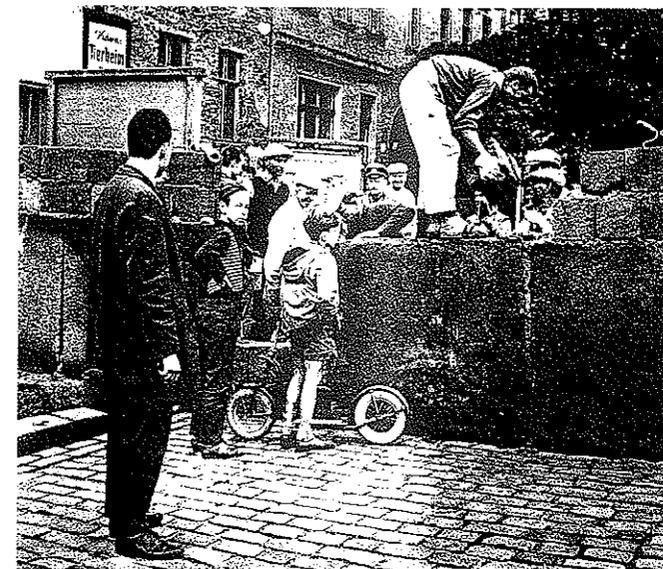
O impacto da televisão foi algo complicado. Os conteúdos, a princípio, não eram especialmente inovadores — os canais estatais se certificavam de que o teor político e moral da programação infantil e adulta fosse rigorosamente circunscrito. A televisão comercial iniciou na Grã-Bretanha em 1955, mas só chegou a outras localidades bem mais tarde, e na maioria dos países europeus, até meados dos anos 70, a autorização para o funcionamento de canais de TV particulares estava fora de cogitação. Nas primeiras décadas, a maioria da programação era convencional, enfadonha e por demais complacente — afirmando, em vez de questionar, normas e valores tradicionais. Na Itália, Filiberto Guala, chefe da RAI (Radio Audizioni Italiane, rede de transmissão nacional italiana) de 1954 a 1956, dizia aos empregados que os programas “não devem minar a instituição da família”, nem retratar “atitudes, posicionamentos ou detalhes que possam instigar os instintos de nível baixo”.<sup>23</sup>

Havia pouca opção — na maioria dos lugares, apenas um ou, no máximo, dois canais — e o serviço funcionava durante poucas horas, à tarde e à noite. Contudo, a televisão era um veículo de subversão social. Contribuiu imensamente para pôr fim ao isolamento e à ignorância de comunidades distantes, propiciando a todos a mesma experiência e uma cultura visual comum. Ser “francês”, “alemão” ou “holandês” era agora algo moldado menos pela educação primária ou

Nikita Krushev visitando uma fazenda coletiva. O “Sr. K” se considerava especialista em questões agrárias, embora seus experimentos costumassem fracassar. Mas as contribuições de Krushev para a “desestalinização” (principalmente o “Discurso Secreto” de fevereiro de 1956) foram inestimáveis — ainda que as consequências excedessem a sua vontade.

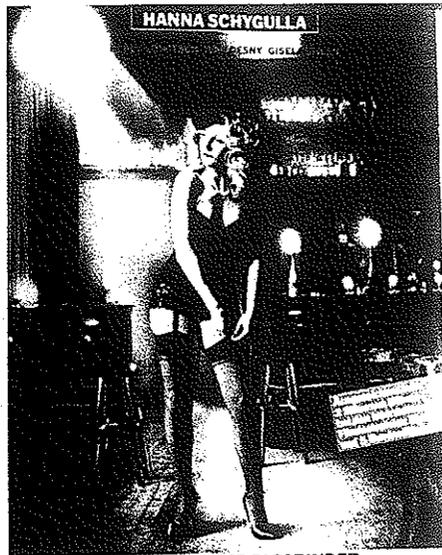


Imre Nagy (centro), depois do apelo feito por ele à ONU, em 1º de novembro de 1956. Nagy pagou caro pelo papel desempenhado na malfadada rebelião húngara, mas, a longo prazo, Moscou pagou ainda mais caro, ao acabar com as ilusões dos próprios seguidores do regime comunista.



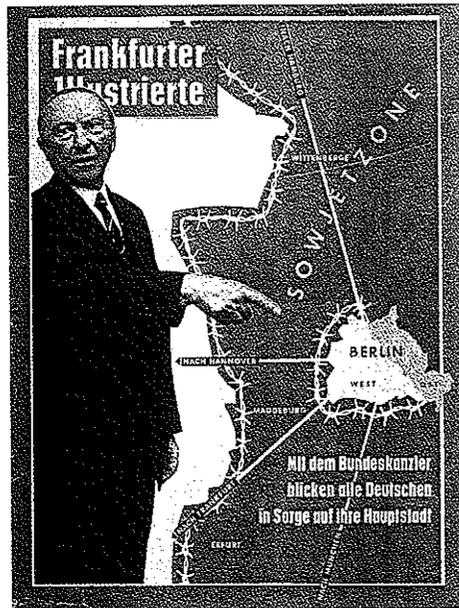
Construção do Muro de Berlim, 19 de agosto de 1961. Apesar de protestarem, os governos ocidentais não lamentaram quando a crise perene que envolvia Berlim foi resolvida pela decisão da União Soviética de erguer uma barreira física entre as duas metades da cidade ocupada.

<sup>23</sup> Paul Ginsborg, *A History of Contemporary Italy. Society and Politics 1943-1988* (Uma história da Itália contemporânea: sociedade e política 1943-1988) (1990), p. 240.

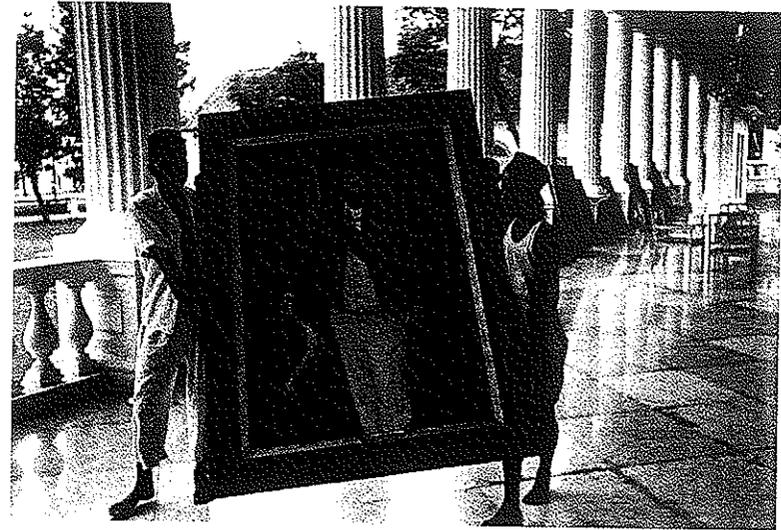


**RAINER WERNER FASSBINDER**  
**DIE EHE**  
**DER MARIA BRAUN**

Dirigido por Rainer Fassbinder, o filme *O Casamento de Maria Braun* (1978) apresentava uma cáustica dissecação dos problemas da República Federal da Alemanha no pós-guerra. Na visão dos jovens críticos, a obsessão da Alemanha Ocidental com prosperidade, desmobilização política e amnésia coletiva não passava dos velhos defeitos germânicos sob novo disfarce.



"Ao lado do chanceler, todos os alemães observam com preocupação a capital do país." Na realidade, Konrad Adenauer (originário da Renânia católica) tinha profunda antipatia pela Berlim prussiana. Mas Adenauer não se furtava a usar a cidade dividida como alavanca para extrair concessões dos aliados ocidentais.



Retratos de governadores holandeses sendo retirados do palácio em Jacarta, em 26 de dezembro de 1949 — na véspera da inauguração da República da Indonésia. A perda das "Índias" foi traumática para os holandeses, que agora tinham de se contentar com um papel de menor importância na Europa.

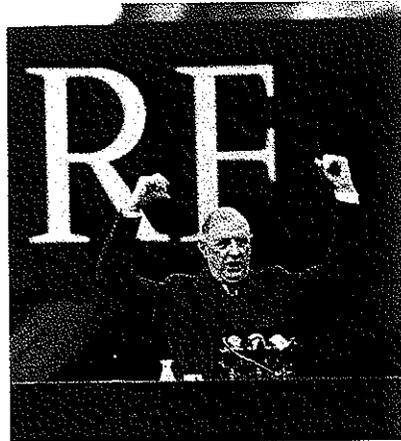


Tropas do movimento comunista vietnamita escoltando soldados franceses rumo à prisão, após a batalha de Dien Bien Phu, em maio de 1954. A expulsão humilhante da França do Vietnã contribuiu para uma resistência desastrosa, principalmente por parte do Exército, em ceder as possessões restantes do país no norte da África.

Egípcios exigindo a retirada das forças anglo-francesas, em dezembro de 1956. O vexame de Suez foi um divisor de águas na Europa do pós-guerra: o fato acelerou o recuo europeu do projeto imperial e reformulou (de maneiras bem diversas) a trajetória política da França e da Grã-Bretanha.



"Por toda a minha vida, trago comigo uma idéia de França." Charles de Gaulle tomou o poder em maio de 1958, no que constituiu quase um golpe; mas ele restabeleceu a presença da França no cenário mundial, e a Quinta República por ele criada tem se mostrado mais estável do que as predecessoras.



A OSE (Organização Secreta do Exército) desencadeou uma guerra sangrenta de terror e vingança contra aqueles por ela considerados responsáveis pela perda da Argélia. O rancor da organização voltava-se, acima de tudo, contra De Gaulle, por ele haver traído a causa (note-se a Cruz de Lorena partida, emblema do gaullismo).



Europeus do Congo em fuga para a Tanzânia, em julho de 1960. O recuo da Bélgica diante do império foi um fator de irresponsabilidade; quando os belgas abandonaram o Congo, em 1960, após décadas de exploração, deixaram apenas trinta congolezes com formação universitária para administrar milhares de cargos funcionais.

"A Grã-Bretanha perdeu um império e ainda não encontrou um papel!"  
- Sr. Dean Acheson, conselheiro do presidente Kennedy



"Hum, eu poderia ser as patas traseiras, por favor?"

Em 1962, o célebre gracejo de Dean Acheson ao se referir ao embaraço britânico pós-imperial levou o chargista Vicki a retratar a "relação especial" — humilhante e obsequiosa — do primeiro-ministro britânico, Harold Macmillan, com Washington, em termos que se mantêm deprimentes, mais de quatro décadas depois.



Ícones da modernidade — 1). Um Tatra-603, de fabricação tcheca, em exibição na Feira Industrial de Brno, em setembro de 1959. Automóveis produzidos no bloco soviético sintetizavam muito do que havia de errado com as economias do bloco: eram mal projetados e disponíveis a poucos privilegiados. Entretanto, extremamente duráveis.

Ícones de modernidade — 2). Três senhoras espiando uma limusine, em Londres, 1960. Embora modernos itens de consumo — carros, refrigeradores, lavadoras — estivessem agora ao alcance de muitos lares no Oeste Europeu, ainda restavam grandes diferenças de renda, classe e privilégio. A limusine, provavelmente, ainda era conduzida por um motorista particular.

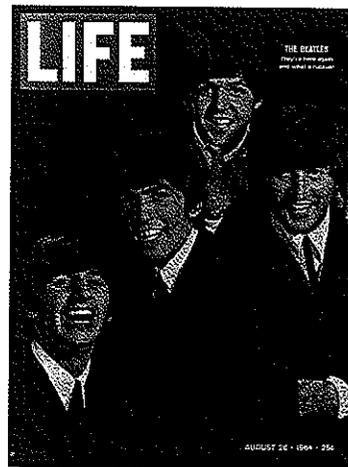


E Deus Criou a Mulher. O lazer em locais ensolarados tinha se tornado aspiração viável para um número crescente de turistas europeus. Bardot permaneceu durante algum tempo na Côte d'Azur, que ela tornara famosa, mas muitos de seus amigos se mudaram, fugindo da invasão decorrente do turismo em massa.

Durante o pós-guerra, por toda a Europa, "a remoção de cortiças" e o planejamento urbano propiciaram o advento de uma geração de conjuntos habitacionais com vários andares, malquistos pelos residentes e sempre sujeitos à iminente deterioração e demolição. Moss Heights, em Glasgow, aqui mostrado quando ainda estava em construção, era um exemplo típico.



Juventude Transviada no Elephant & Castle, em Londres, julho de 1955. A "geração perdida" dos anos 50 — jovens espremidos entre a geração dos progenitores, que viveu a era da Depressão, e a geração seguinte, em que se verificou uma explosão de natalidade — carecia de divertimento e locais de recreação. Muitos desses jovens — os blousons noirs (na França), os Halbstarcker (na Alemanha) ou os skinknuttar (na Suécia) — recorriam à violência, agindo em gangues.



Os Beatles foram de fato muito importantes. Quatro décadas depois, continuam a ser o principal — talvez o único — ponto de referência comum, em escala mundial, para as lembranças de indivíduos pertencentes à geração dos anos 60. E a música composta por eles era mesmo muito boa — ainda que Sergeant Pepper não tenha (na realidade) sido "um momento decisivo na história da civilização ocidental" (Kenneth Tynan).



Estudantes ocupando a Sorbonne, em Paris, 1968. Apesar da iconografia marxista — Mao, Stalin, Engels e Marx acima da bandeira com a foice e o martelo —, os rebeldes de 1968 não eram notadamente doutrinários. A maioria sequer levava o momento muito a sério. Nas palavras de um jovem da época, nós apenas “amávamos a Revolução” (Daniel Cohn-Bendit).



Operários de fábricas de automóveis e piqueteiros na Piazza San Carlo, em Turim, 25 de setembro de 1969. Na Itália, ao contrário do que aconteceu na França, greves gerais e manifestações de trabalhadores representavam maior ameaça às autoridades do que o radicalismo passageiro das universidades.



Praga, agosto de 1968. “Todo partido comunista tem liberdade para aplicar os princípios do marxismo-leninismo e do socialismo em seu respectivo país, mas não tem liberdade para se desviar desses princípios, caso pretenda continuar a ser um partido comunista” (Leonid Brejnev, 3 de agosto de 1968). A invasão soviética pôs um fim à Primavera de Praga — e a quaisquer ilusões que restassem sobre o próprio comunismo.

comemorações cívicas do que pelo entendimento que se tinha do país, conforme depreendido das imagens introduzidas em cada lar. Os “italianos”, para o bem ou para o mal, foram formados mais pela experiência compartilhada de assistir às transmissões feitas pela RAI de eventos esportivos e shows de variedade do que por um século de governo nacional unificado.

Acima de tudo, a televisão inseriu a política nacional na esfera do lar. Antes da TV, a política, em Paris ou Bonn, Roma ou Londres, era assunto das elites, conduzida por líderes distantes, conhecidos por suas vozes impessoais, transmitidas pelo rádio, por fotografias inertes em jornais ou aparições breves e previsíveis em jornais da tela. Agora, em menos de duas décadas, os líderes políticos precisavam pensar em *imagem* quando apareciam na televisão: capazes de comunicar autoridade e confiança enquanto fingiam uma facilidade igualitária e proximidade com o grande público — “desempenho” para o qual a maioria dos políticos europeus estava bem menos preparada do que seus colegas norte-americanos. Diante das câmeras de televisão, muitos políticos de mais idade fracassaram lamentavelmente. Candidatos mais jovens e mais adaptáveis tinham condições de tirar imenso proveito da situação. Conforme o político conservador britânico Edward Heath haveria de observar em suas memórias, a propósito do sucesso de mídia alcançado por seu adversário, o líder do Partido Trabalhista, Harold Wilson: a televisão se prestava “ao abuso por parte de qualquer charlatão capaz de manipulá-la corretamente. Foi o que a década seguinte comprovou”.

Enquanto mídia visual, a televisão foi um desafio direto ao cinema. Não apenas podia a TV oferecer entretenimento opcional na tela, mas era capaz de trazer filmes de longa-metragem para os lares, acabando com a necessidade de ir ao cinema, a não ser para assistir aos lançamentos mais recentes. No Reino Unido, os cinemas perderam 56% do público entre 1946 e 1958. Em outros locais da Europa, os números decresceram mais lentamente; porém, cedo ou tarde, caíram em toda parte. A frequência ao cinema se manteve por mais tempo na Europa mediterrânea — especialmente na Itália, onde os níveis de público permaneceram razoavelmente constantes até meados dos anos 70. Mas, é bom lembrar, os italianos não apenas iam ao cinema regularmente (de modo geral, uma vez por semana), como também faziam cinema: em meados da década de 1950, a indústria cinematográfica romana era a segunda maior empregadora da Itália, depois dos setores de construção civil, produzindo não apenas filmes clássicos por *auteurs* famosos, como também (e com mais lucro) um fluxo contínuo de filmes esquecíveis, estrelando rainhas da beleza e *starlets* evanescentes — “le maggiorate fisiche” (as fisicamente avantajadas).

Finalmente, até mesmo a indústria cinematográfica italiana e a frequência dos italianos ao cinema decaíram. Os produtores europeus, carecendo dos recursos de Hollywood, não tinham condições de competir com os filmes norte-americanos, nem em escala nem em “valores de produção”, e se restringiam, cada vez mais, a um cinema da “vida cotidiana”, fosse *new wave*, realismo social ou comédia doméstica. O cinema na Europa declinou de atividade social para forma artística. Enquanto, nas décadas de 1940 e 1950, o público ia ao cinema local, automaticamente, para ver o que estivesse em cartaz, agora as pessoas só assistiam a filmes que lhes interessavam. Para entretenimento aleatório, para ver o que estava passando, as pessoas agora se voltavam para a TV.

Apesar de ser uma mídia "jovem", a televisão teve um apelo especial para o público mais idoso, especialmente nos primeiros anos de regulamentação estatal e cuidado cultural. Enquanto antes costumava ouvir rádio, ou então ir ao cinema, agora esse público mais maduro ficava em casa e assistia à TV. Os esportes que atraíam o público, sobretudo os esportes tradicionais, como futebol e corrida de cães, sofreram: primeiro porque o público tinha agora uma fonte alternativa de entretenimento, mais conveniente e confortável; e, em segundo lugar, porque os esportes logo começaram a ser televisionados, geralmente durante os finais de semana. Só os jovens saíam de casa, em peso. E, em se tratando de divertimento, o gosto da juventude começava a mudar.

No final da década de 1950, a economia europeia começava a sentir o real impacto comercial do *baby-boom*. Inicialmente, verificou-se um surto de produtos infantis: carrinhos de bebê, berços, fraldas, comida especial, equipamento esportivo, roupas, livros, jogos e brinquedos. Em seguida, houve uma grande expansão no número de escolas e serviços educacionais, trazendo consigo um novo mercado para uniformes colegiais, escrivainhas, livros escolares, equipamento escolar e uma gama sempre crescente de produtos educativos (inclusive professores). Mas os compradores desses produtos e serviços eram adultos: pais, parentes, diretores de escola e governos centrais. Por volta de 1957, pela primeira vez na história da Europa, os próprios jovens começaram a comprar.

Até então, a juventude sequer existia enquanto grupo separado de consumidores. Na realidade, a "juventude" sequer existia. Em famílias e comunidades tradicionais, crianças permaneciam crianças até deixarem a escola e entrarem no mercado de trabalho, momento em que se tornavam jovens adultos. A nova categoria, intermediária, "adolescente", na qual uma geração não foi definida por status, mas por idade — nem criança nem adulto —, não tinha precedente. É a noção de que tais indivíduos — adolescentes — pudessem constituir um grupo separado de consumidores seria impensável poucos anos antes. Para a maioria das pessoas, a família sempre fora uma unidade de produção, não de consumo. Se algum membro jovem da família obtivesse ganhos financeiros, estes integravam a renda familiar e eram utilizados para o pagamento de despesas coletivas.

Porém, com a rápida subida dos salários, a maioria das famílias conseguia subsistir — e mais do que isso — com a renda do principal provedor; ainda mais se ambos os progenitores estivessem empregados. Um filho ou filha que deixasse a escola aos 14 anos (idade padrão em que a maioria dos jovens no Oeste Europeu deixava a escola nos anos em referência), que morasse com os pais e que tivesse emprego fixo ou temporário já não precisava entregar aos pais na sexta-feira tudo o que ganhara na semana. Na França, já em 1965, 62% dos jovens de 14 a 24 anos que ainda não tinham saído de casa guardavam a totalidade de seus vencimentos para gastar como bem desejassem.

O sintoma mais óbvio desse novo poder aquisitivo dos adolescentes transpareceu no vestuário. Muito antes que a geração do *baby-boom* descobrisse as minissaias e os cabelos compridos, a geração anterior — nascida durante e não logo após a guerra — já se afirmava através dos cultos às gangues no final dos anos 50. Usando roupas escuras e apertadas — por vezes de couro, por vezes de camurça, sempre de corte arrojado, e de aparência um tanto ameaçadora —, os *blousons noirs* (na França), os *Halbstarcker* (na Alemanha e na Áustria) ou os *skinknuttar* (na

Suécia), à semelhança da "juventude transviada" de Londres, exibiam comportamento cínico e indiferente, algo entre Marlon Brando (em *O Selvagem*) e James Dean (em *Juventude Transviada*). No entanto, apesar de esporádicos surtos de violência — os mais sérios ocorreram na Grã-Bretanha, onde gangues de jovens com roupas de couro atacaram imigrantes caribenhos —, a principal ameaça desses jovens e suas roupas era à noção de decência dos mais velhos. Os jovens tinham, de fato, um aspecto diferente.

Ter roupa específica, de acordo com a faixa etária, era importante como afirmação de independência e mesmo de rebeldia. Era também novidade — no passado, jovens adultos tinham poucas opções e usavam o mesmo tipo de roupa que seus pais. Mas, sob o ponto de vista econômico, roupas não foram a mudança mais importante introduzida pelos hábitos de consumo dos adolescentes: os jovens gastavam bastante dinheiro em roupas, mas gastavam ainda mais — muito mais — em música. A associação entre "adolescente" e "música pop", que se tornou automática no início dos anos 60, teve base comercial além de cultural. Na Europa, tanto quanto nos Estados Unidos, quando o orçamento doméstico podia dispensar a contribuição do adolescente, a primeira coisa que o jovem liberado de tal contribuição fazia era comprar um disco.

O disco *long-play* foi inventado em 1948. E o primeiro "compacto" de 45 rotações por minuto, com uma canção de cada lado, foi vendido pela RCA no ano seguinte. Na Europa, as vendas não decolaram com a rapidez observada nos EUA — onde o faturamento subiu de 277 milhões dólares, em 1955, para 600 milhões, quatro anos depois. Mas não deixaram de subir. Na Grã-Bretanha, onde os jovens estavam mais expostos à música pop norte-americana do que seus contemporâneos no continente europeu, os observadores marcam a explosão da música popular a partir da exibição de *Ao Balanço das Horas* (1956), estrelando Bill Haley & His Comets e os Platters. O filme em si era medíocre, mesmo para os padrões nada exigentes de filmes-veículo para a música rock; mas a canção-título [*Rock Around the Clock*, no original] (interpretada e tocada por Haley) mobilizou uma geração de adolescentes ingleses.

Adolescentes da classe operária, aos quais o jazz nunca exercera grande apelo, sentiram-se imediatamente atraídos pela revolução norte-americana (e, na seqüência, britânica) da nova música popular: potente, melodiosa, acessível, sexy e, acima de tudo, pertencente aos jovens.<sup>24</sup> Mas não havia nessa música qualquer raiva, muito menos violência, e até a temática sexual era mantida sob o controle firme das empresas produtoras de discos, gerentes de marketing e executivos das emissoras de rádio. Isso se deu porque, de início, a revolução da música pop foi um fenômeno dos anos 50: não acompanhou, mas precedeu as transformações culturais dos anos 60. Por conseguinte, essa música foi objeto freqüente da crítica oficial. Comitês locais de vigilância de bons costumes desaprovaram e proibiram *Ao Balanço das Horas*, e fizeram o mesmo com o filme musical estrelado por Elvis Presley, nitidamente superior, *Prisioneiro do Rock*.

Os vereadores de Swansea, no País de Gales, consideraram Lonnie Donegan, artista cuja música exemplificava o gênero *skiffle*, "impróprio". No final dos anos 50, Tommy Steele,

<sup>24</sup> Vale a pena aqui enfatizar a marginalidade do jazz. A exemplo da música *folk* norte-americana nos anos 60, o jazz só era apreciado e consumido por um número reduzido de pessoas na Europa Ocidental: geralmente, indivíduos com educação formal, burgueses ou boêmios (ou, muitas vezes, ambos), e mais velhos do que o típico entusiasta de rock-'n'-roll. A situação na Europa Oriental foi um pouco diferente. Ali, o jazz era americano (e negro) e, por consequência, tanto exótico como subversivo, ocidental porém radical — embutindo uma energia que não se percebia no ocidente.

cantor britânico de rock, com um estilo de apresentação um tanto intenso, foi proibido de se apresentar em Portsmouth num domingo. Johnny Hallyday, uma tentativa francesa (não muito feliz) de clonar cantores de rock norte-americanos, no estilo de Gene Vincent ou Eddie Cochran, provocou a fúria de uma geração de intelectuais franceses conservadores, em 1960, na época do lançamento de seu primeiro disco. Em retrospecto, a reação assustada de pais, professores, religiosos, eruditos e políticos por toda a Europa Ocidental parece antiquada e descabida. Em menos de uma década, Haley, Donegan, Steele, Hallyday e companheiros estariam totalmente ultrapassados, resquícios de uma ingênuo pré-história.

Os adolescentes europeus do final dos anos 50 e início dos anos 60 não pretendiam transformar o mundo. Tinham crescido com segurança e certa prosperidade. A maioria queria apenas ter uma aparência diferente, viajar mais, tocar música pop e comprar coisas. Nisso, os jovens refletiam o comportamento e o gosto de seus cantores favoritos e dos disc-jóqueis cujos programas eles escutavam pelos rádios portáteis. Contudo, esses jovens eram a ponta de lança de um processo revolucionário. Mais até do que seus pais, foram o alvo da indústria publicitária que seguiu, acompanhou e profetizou a explosão de consumo. Um número sempre crescente de produtos passou a ser fabricado e adquirido, produtos de uma variedade inusitada. Carros, roupas, carrinhos de bebê, alimentos embalados e sabão em pó surgiam no mercado numa variedade estonteante de formatos, tamanhos e cores.

A publicidade tinha na Europa longa história. Jornais, especialmente os populares que surgiram a partir da década de 1890, sempre veicularam anúncios. Cartazes e painéis de estrada eram antiga praga na Itália, muito antes da década de 1950, e na França, em meados do século XX, qualquer viajante se diria familiarizado com as exortações pintadas nas laterais de casas de fazenda e terraços urbanos para beber St. Raphael ou Dubonnet. Fazia tempo que mensagens publicitárias musicadas, bem como fotografias, acompanhavam os jornais da tela e o segundo filme nas sessões de cinema por toda a Europa. Mas essa publicidade tradicional não prestava muita atenção à colocação específica de produtos, nem a segmentos de mercado, identificados por idade ou gosto. A partir de meados dos anos 50, em contrapartida, a escolha do consumidor se tornou preocupação central do marketing; e a publicidade, ainda um gasto empresarial relativamente reduzido na Europa antes da guerra, assumiu um papel de destaque.

Além do mais, enquanto produtos de limpeza e cereais matinais anunciados nos primórdios da televisão comercial na Grã-Bretanha eram direcionados às donas de casa e crianças, os intervalos comerciais na Rádio Monte Carlo e em outros locais visavam, principalmente, ao mercado de "jovens adultos". O consumo efetuado por adolescentes — cigarro, bebida alcoólica, motonetas e motocicletas, roupas da moda vendidas a preços acessíveis, calçados, maquiagem, produtos para os cabelos, bijuteria, revistas, discos, toca-discos, rádios — era uma imensa fonte de dinheiro, até então inexplorada; as agências de publicidade correram para aproveitar tal mercado. Os gastos com publicidade no comércio varejista na Grã-Bretanha aumentaram de 102 milhões de libras esterlinas anuais, em 1951, para 2,5 bilhões em 1978.

Na França, despesas com anúncios em revistas voltadas para adolescentes subiram cerca de 400% entre 1959 e 1962, os anos cruciais. Para muita gente, o mundo conforme retratado pela publicidade era inalcançável: em 1957, a maioria dos jovens entrevistados numa pesquisa realizada na França queixou-se da falta de acesso a divertimentos de sua escolha, às

férias dos sonhos e a um meio de transporte só seu. Mas é sintomático que os entrevistados considerassem esses bens e serviços direitos dos quais tinham sido privados, e não fantasias às quais jamais poderiam aspirar. Do outro lado do canal da Mancha, naquele mesmo ano, ativistas de classe média, preocupados com o impacto direto causado pela publicidade e com a quantidade de produtos vendidos, publicaram na Europa o primeiro guia do consumidor. Bem a calhar, o título da publicação não era *O Quê?*, mas *Qual?*.

Esse era o admirável mundo novo descrito pelo romancista britânico J. B. Priestley, em 1955, como *admass*. Para muitos outros observadores contemporâneos, tratava-se, simplesmente, de "americanização": a adoção, na Europa, de todas as práticas e de todos os anseios da modernidade norte-americana. Embora parecesse a muitos um desvio radical, a experiência, na verdade, não era nova. Os europeus vinham se "americanizando" — e receando a idéia — havia ao menos trinta anos.<sup>25</sup> O sucesso das linhas de produção ao estilo norte-americano e da produtividade conceitualizado por Frederick Winslow Taylor, assim como o fascínio pelos filmes e pela moda produzidos nos EUA, eram velha história, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial. No período entre as duas guerras, os intelectuais europeus se queixavam do mundo "desalmado" da modernidade norte-americana que o futuro a todos reservava; e nazistas e comunistas alardearam seu papel de guardiães da cultura e dos valores diante do capitalismo americano desmedido e de um cosmopolitismo "vira-lata" e desenraizado cujo símbolo era Nova York e o exemplo que a cidade propiciava.

No entanto, a despeito da presença do país na imaginação européia — e da realidade concreta dos soldados norte-americanos baseados por toda a Europa Ocidental —, os Estados Unidos ainda eram desconhecidos da maioria dos europeus. Os americanos falavam inglês — idioma ignorado pela maioria dos europeus continentais naqueles anos. A história e a geografia dos EUA não eram disciplinas estudadas em escolas européias; os escritores do país eram desconhecidos, mesmo entre a minoria erudita; o sistema político da nação era um mistério, exceto para uns poucos privilegiados. Pouca gente empreendera a viagem longa e dispendiosa até os EUA: somente os ricos (e não muitos deles); sindicalistas escolhidos a dedo e indivíduos subvencionados com recursos do Plano Marshall; alguns milhares de jovens participantes de intercâmbios estudantis — e gregos e italianos que haviam emigrado para o país, depois de 1900, e voltado às Ilhas Gregas ou à Sicília na velhice. Os europeus orientais freqüentemente tinham mais ligações com os EUA do que os ocidentais, visto que muitos poloneses ou húngaros conheciam algum amigo ou parente que se fora para a América do Norte (e muitos outros teriam ido, se pudessem fazê-lo).

É certo que o governo dos EUA e diversas entidades do setor privado — principalmente a Fundação Ford — faziam o possível para transpor o abismo que separava a Europa da América do Norte: os anos 50 e o início dos anos 60 foram a grande era dos investimentos culturais no exterior, desde as "Casas da América" até os bolsistas da Fundação Fulbright. Em alguns locais — especialmente na República Federal da Alemanha —, as conseqüências foram profundas: entre 1948 e 1955, 12 mil alemães foram levados aos EUA para visitas

<sup>25</sup> Em 1902, o escritor americano William Stead publicou o livro *The Americanization of the World* (A americanização do mundo), antecipando-se ao fenômeno, mas talvez não por muito tempo.

de um mês ou mais de duração. Uma geração de alemães ocidentais chegou à maturidade na sombra militar, econômico e cultural dos Estados Unidos; Ludwig Erhard certa vez descreveu a si mesmo como "uma invenção americana".

Mas é importante ressaltar que, curiosamente, esse tipo de influência e exemplo norte-americanos pouco dependia de envolvimento econômico direto. Ainda que, em 1950, os Estados Unidos detivessem três quintos do estoque de capital e uma parte semelhante da produção do Ocidente, um montante reduzido dessas receitas cruzava o Atlântico. Após 1945, os investimentos foram feitos sobretudo pelo governo norte-americano. Em 1956, os investimentos do setor privado na Europa somavam apenas 4,15 bilhões de dólares. Depois, teve início um período de acelerado incremento, deslançando no decorrer dos anos 60 (de modo especial na Grã-Bretanha), chegando à marca de 24,52 bilhões de dólares, em 1970 — ocasião em que o fato provocou uma onda de publicações que viam com apreensão o crescimento do poder econômico dos EUA, principalmente o ensaio de J-J Servan-Schreiber, *Le Défi Américain* (O desafio americano), editado em 1967.

A presença econômica norte-americana na Europa era sentida menos por meio do investimento econômico direto ou da alavancagem do que pela revolução de consumo que afetava tanto os EUA quanto a Europa. Os europeus começavam a ter acesso a um novo leque de produtos já conhecidos dos consumidores americanos: telefones, eletrodomésticos, televisores, câmeras fotográficas, produtos de limpeza, alimentos embalados, roupas coloridas e de baixo custo, carros e acessórios de automóveis etc. Tratava-se de prosperidade e consumo como estilo de vida — o "American way of life". Para os jovens, o apelo da "América" residia na agressiva contemporaneidade do país. Enquanto abstração, os EUA representavam o oposto do passado: eram algo vasto, aberto, próspero — e jovial.

Um aspecto da "americanização" já observado foi a música popular — mas o fenômeno não constituiu um novo modelo: o *ragtime* fora tocado pela primeira vez em Viena, em 1903, e orquestras de baile e grupos de jazz já circulavam amplamente antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Tampouco foi a música popular uma via de mão única: grande parte da música popular configurou uma hibridização de gêneros importados e locais. A música norte-americana tocada na Grã-Bretanha se mostrava ligeiramente diversa da executada na França ou na Alemanha. O gosto do público francês era bastante influenciado por artistas negros que se dirigiram a Paris a fim de escapar do preconceito nos EUA — uma das razões pelas quais, na cultura francesa, a idéia de "Estados Unidos" foi marcadamente inspirada pela imagem do racismo.

Já na década de 1950, o impacto do modelo norte-americano no público europeu operou primordialmente através do cinema. Havia acesso quase irrestrito a tudo que Hollywood exportava: no final da década, os EUA colocavam cerca de quinhentos filmes no mercado, anualmente, contra uma produção coletiva européia de mais ou menos 450 películas. As produções americanas levavam desvantagem devido ao idioma, é claro (embora em muitos lugares, particularmente na Itália, todas as fitas fossem dubladas na língua local). Em parte por esse motivo, o público de mais idade continuava a preferir o produto doméstico. Mas seus filhos pensavam de outra maneira. Cada vez mais, o público jovem apreciava filmes de longa metragem norte-americanos — muitas vezes feitos por diretores europeus que haviam fugido de Hitler ou Stalin.

Os críticos contemporâneos preocupavam-se com a possibilidade de o conformismo complacente da cultura popular norte-americana, combinado com as mensagens explícitas ou subliminares expressas em filmes direcionados à massa, corromper ou entorpecer a sensibilidade da juventude européia. Na realidade, o efeito parece ter sido oposto. O público europeu jovem filtrava o conteúdo de propaganda dos filmes comerciais norte-americanos — invejando a "boa vida" exibida na tela, tanto quanto seus pais o fizeram vinte anos antes, mas rindo alto da banalidade e ingenuidade do romance e da rotina doméstica americana. Ao mesmo tempo, porém, esse público prestava bastante atenção ao *estilo* dos artistas de cinema, freqüentemente subversivo.

A música tocada nos filmes de Hollywood ressurgia no rádio, nos cafés, em bares e salões de baile. A linguagem corporal da juventude rebelde norte-americana — conforme mostrada na tela — virou questão de moda para os contemporâneos europeus. Jovens europeus passaram a se vestir como "americanos" — quando a calça jeans, "Levi's original", começou a ser vendida em Paris, no *Marché aux Puces*, em maio de 1963, a procura superou em muito a oferta. O "uniforme" da juventude norte-americana — jeans e camiseta — carregava consigo muito pouca conotação de classe (ao menos até sua apropriação por estilistas famosos, e mesmo quando isso ocorreu, a distinção surgida não apontava nível social, mas condições financeiras); na realidade, usada tanto pela classe média quanto pela classe operária, a calça jeans constituiu reveladora inversão do movimento usual dos estilos da moda ("de cima para baixo"), pois o jeans moveu-se "de baixo para cima", a partir de um item verdadeiramente utilizado para trabalhar. A calça era também algo claramente jovem: a exemplo de tantas outras modas justas, inspiradas nos filmes do final dos anos 50, o jeans não caía bem nos mais velhos.

Em pouco tempo, o jeans — à semelhança das motos, da Coca-Cola, dos cabelos compridos (em mulheres e homens) e das estrelas pop — gerou variações e adaptações localizadas por toda a Europa Ocidental (nem os filmes, nem os produtos por eles ostentados estavam disponíveis no Leste Europeu). Isso fazia parte de um padrão mais amplo. Os temas típicos do cinema americano — ficção científica, policiais, faroeste — eram domesticados em versões européias estilizadas. Milhões de alemães ocidentais ouviam falar de cowboys, em romances de bolso escritos por autores locais que nunca tinham ido aos Estados Unidos; já em 1960, romances sobre o Velho Oeste, escritos em alemão, vendiam 91 milhões de exemplares por ano somente na República Federal. O segundo personagem de histórias em quadrinhos mais conhecido na Europa, depois do jovem detetive belga, Tintin, era outro produto belga: Lucky Luke, um vaqueiro tão azarado quanto cativante, que aparecia semanalmente em revistas francesas e holandesas. A América do Norte, real ou imaginária, tornava-se o cenário natural para divertimento leve em todos os gêneros.

O impacto norte-americano nos jovens europeus contribuiu diretamente para o que começava a ser lamentado como *generation gap*. A geração anterior reparava e lamentava a tendência generalizada dos jovens europeus de salpicar suas conversas com americanismos, reais ou imaginários. Uma pesquisa avaliou que a presença de tais "americanismos" crescera 14 vezes na imprensa alemã e austríaca ao longo dos anos 60; em 1964, o crítico francês René Etiemble publicou o livro *Parlez-vous Français?*, relato divertido (e, alguns hoje diriam, profético) dos danos causados à língua francesa pela poluição anglófona.

O antiamericanismo — desconfiança e antipatia pela civilização norte-americana e todas as suas manifestações — restringia-se às elites culturais cuja influência fazia com que o fenômeno parecesse mais difundido do que de fato era. Intelectuais conservadores, como André Siegfried, na França — cuja obra *Tableau des États-Unis* (Retrato dos Estados Unidos), publicada em 1954, reprisava todos os ressentimentos e parte do anti-semitismo típicos das polémicas do período entre as duas guerras —, concordavam com intelectuais radicais, como Jean-Paul Sartre (ou o britânico Harold Pinter, décadas mais tarde): os Estados Unidos eram uma terra de puritanos históricos, rendidos à tecnologia, à padronização e ao conformismo, desprovidos de originalidade de pensamento. Esse tipo de insegurança cultural tinha mais a ver com o ritmo das mudanças na própria Europa do que com o desafio ou o perigo impostos pelos EUA. Assim como os adolescentes europeus identificavam o futuro com uma América do Norte que mal conheciam, seus pais culpavam os EUA pela perda de uma Europa que jamais existira, um continente seguro quanto à própria identidade, autoridade e valores, e imune ao canto das sereias da modernidade e da sociedade de massa.

Tais sentimentos ainda não grassavam na Alemanha ou na Áustria, nem mesmo na Itália, onde muitas pessoas mais velhas continuavam a ver os americanos como libertadores. Em vez disso, o antiamericanismo era mais freqüente na Inglaterra e na França, as duas ex-potências coloniais suplantadas pelos Estados Unidos. Conforme Maurice Duverger informou aos leitores do semanário francês *L'Express*, em março de 1964, o comunismo já não era uma ameaça: "Existe apenas um perigo imediato para a Europa: a civilização americana" — "uma civilização de banheiras e geladeiras", de acordo com o poeta Louis Aragon, desprezando os EUA 13 anos antes. Apesar do desdém arrogante dos intelectuais parisienses, a civilização de banheiras e geladeiras — e de encanamento hidráulico, aquecimento central, televisores e carros — era o que a maioria dos europeus agora desejava. E eles não queriam esses bens porque eram provenientes dos EUA, mas porque representavam conforto e um certo bem-estar. Pela primeira vez na História, conforto e bem-estar estavam ao alcance da maioria das pessoas na Europa.

PÓS-ESCRITO:

## Um Conto de Duas Economias

"A Alemanha é uma terra apinhada de crianças. É aterrorizante a idéia de que, a longo prazo, os alemães possam ter sido os vencedores da guerra, no fim das contas."

*Saul Padover, 1945*

"Evidentemente, se tivéssemos conseguido perder duas guerras mundiais, cancelado todas as nossas dívidas — em vez de devermos quase 30 milhões de libras —, nos livrado de todos os nossos compromissos internacionais e não mantido tropas no exterior, talvez fôssemos tão ricos quanto os alemães."

*Harold Macmillan*

"A prosperidade e a força da economia britânica, que [o chanceler do Erário do Reino Unido] Butler comemorou em diversos discursos, em 1953 e 1954, foi a última onda de prosperidade que chegou ao litoral britânico, na esteira do avanço da economia alemã, à frente da flotilha européia. Em retrospecto, 1954 parece o último grande verão das ilusões, para o Reino Unido."

*Alan Milward*

Uma característica impressionante da história da Europa Ocidental no pós-guerra foi o contraste entre o desempenho econômico da Alemanha Ocidental e da Grã-Bretanha. Por duas vezes, no período correspondente a uma geração, a Alemanha foi uma potência derrotada — com cidades arrasadas, a moeda destruída, a força de trabalho do sexo masculino dizimada ou confinada, o serviço de transportes e a infra-estrutura pulverizados. A Grã-Bretanha foi o único Estado europeu a sair inequivocamente vitorioso da Segunda Guerra Mundial. Não obstante os danos causados pelas bombas e as perdas de vidas humanas, a estrutura do país — rodovias, ferrovias, estaleiros, fábricas e minas — sobrevivera intacta à guerra. Contudo, já no início dos anos 60, a República Federal era o dínamo próspero e efervescente da Europa, ao passo que a Grã-Bretanha era uma retardatária de baixa performance, com uma taxa de crescimento muito inferior à do restante da Europa Ocidental.<sup>1</sup> Já em 1958, a economia da Alemanha Ocidental era maior do que a britânica. Aos olhos de muitos observadores, o Reino Unido estava a caminho de se tornar o doente da Europa.

<sup>1</sup> Na década de 1960, a economia alemã cresceu ao ritmo de 9% ao ano, e a economia britânica, a 2,6%, o índice mais baixo no mundo desenvolvido, excetuando-se a Irlanda — que à época estava longe de ser "desenvolvida".

As fontes dessa irônica inversão de destino são instrutivas. O pano de fundo do “milagre” econômico alemão dos anos 50 foi a recuperação verificada nos anos 30. Os investimentos dos nazistas — em comunicações, na fabricação de armamentos e veículos, nas indústrias ótica, química, de engenharia leve e metais não-ferrosos — foram feitos para uma economia voltada para a guerra; mas os benefícios vieram vinte anos mais tarde. A economia de mercado social idealizada por Ludwig Erhard tinha raízes nas políticas de Albert Speer — com efeito, a carreira de muitos dos jovens administradores e planejadores que no período do pós-guerra galgaram cargos elevados nos setores privado e público na Alemanha Ocidental começou sob o regime de Hitler; esses indivíduos trouxeram às comissões, às autoridades responsáveis por planejamento, bem como às empresas da República Federal, políticas e práticas defendidas pelos burocratas nazistas.

A infra-estrutura essencial do setor empresarial alemão sobreviveu ileso à guerra. Fábricas, bancos, companhias seguradoras e distribuidoras voltaram a operar já no início dos anos 50, abastecendo com produtos e serviços um mercado internacional voraz. Até mesmo o marco alemão, cada vez mais valorizado, não impediu o progresso do país. O marco forte barateou a importação de matérias-primas e não restringiu a procura estrangeira por produtos alemães — tipicamente de valor alto, avançados em termos técnicos e vendidos pela qualidade, não pelo preço. Em todo caso, durante as primeiras décadas do pós-guerra, a competição era pouca: se empresas suecas, francesas ou holandesas queriam determinada ferramenta ou produto de engenharia, não havia alternativa a não ser comprar o item à Alemanha, e ao preço estipulado.

Os custos empresariais alemães eram mantidos em níveis baixos, por meio de investimentos contínuos em métodos de produção novos e eficientes — e devido a uma força de trabalho submissa. A República Federal beneficiou-se de uma oferta quase inesgotável de mão-de-obra de baixo custo — jovens engenheiros habilidosos que fugiam da Alemanha Oriental, operadores de máquinas e operários de linhas de montagens semi-capacitados provenientes dos Bálcãs, trabalhadores não-especializados vindos da Turquia, Itália e outros países. Todos sentiam-se gratos por receber salários fixos, pagos numa moeda forte, em troca de trabalho estável, e — à semelhança de uma passiva geração anterior de trabalhadores alemães herdada dos anos 30 — não pretendiam criar caso.

Para ilustrar os resultados basta recorrer aos dados de um único setor industrial. Já na década de 1960, os fabricantes de carros alemães haviam construído uma reputação de qualidade e confiabilidade, tanto que companhias como a Mercedes-Benz, em Stuttgart, e a BMW, em Munique, vendiam carros cada vez mais caros para um mercado quase cativo, de início, no país, e aos poucos no exterior. O governo de Bonn apoiava esses “campeões nacionais” abertamente, assim como os nazistas o fizeram antes, alimentando-os nos primeiros anos com bons empréstimos e incentivando o nexo financeiro-empresarial que abastecia as empresas alemãs de recursos para investimento.

No caso da Volkswagen, o alicerce já estava implantado desde 1945. A exemplo de grande parte da indústria alemã no pós-guerra, a Volkswagen se beneficiou das vantagens de uma economia de livre-mercado — em particular, da crescente procura por seus produtos —, sem passar pelas dificuldades de concorrência ou de gastos com pesquisa, desenvolvimento ou

reequipagem. A companhia recebera recursos ilimitados antes de 1939. O nazismo, a guerra e a ocupação militar tinham se beneficiado com a Volkswagen — o governo militar aliado era simpático à Volkswagen exatamente porque a capacidade produtiva da empresa fora desenvolvida antes da guerra e podia ser logo posta em marcha. Não havia concorrência interna de peso para o Fusca, quando a procura por carros produzidos em massa para uso de toda a família decolou e, mesmo a um preço fixo e baixo, os carros geravam lucros — graças aos nazistas a companhia não tinha dívidas antigas a saldar.

Também na Grã-Bretanha havia um “campeão nacional” — a British Motor Corporation (BMC), conglomerado de diversos fabricantes de carros antes independentes, por exemplo a Morris ou a Austin, e que mais tarde uniu-se à Leyland Motors, criando a British Leyland (BL). Ainda na década de 1980, a BL vendia seus produtos como tipicamente britânicos: “Dirija a bandeira — compre um Austin Morris.” E, à semelhança dos fabricantes alemães, os britânicos enfatizavam cada vez mais o mercado externo. Mas aí acabavam as semelhanças.

Depois da guerra, vários governos britânicos sucessivos instaram a BMC (exercia-se menos influência sobre as subsidiárias britânicas das companhias norte-americanas Ford e General Motors) a vender o maior número possível de unidades no exterior — como parte da busca desesperada por rendimentos em moeda estrangeira que compensassem as imensas dívidas de guerra do país (a meta oficial de exportação estabelecida pelo governo, em fins de 1940, era de 75% de toda a produção britânica de automóveis). Para atender à meta, a BMC, propositalmente, preteriu controle de qualidade em favor da aceleração da produção. A resultante qualidade sofrível dos carros britânicos pouco importava, de início. As empresas britânicas contavam com um mercado cativo: a procura, quer no país, quer na Europa, excedia a oferta disponível. E os fabricantes na Europa continental não conseguiam competir em termos de volume: em 1949, o Reino Unido produziu mais veículos de passageiros do que o restante da Europa somado. Todavia, uma vez consolidada, a reputação da indústria automobilística britânica, de baixa qualidade e mau atendimento, não pôde mais ser superada. Em grandes números, os compradores europeus deixaram de adquirir carros britânicos, tão logo alternativas produzidas internamente, e de qualidade superior, tornaram-se disponíveis.

Quando, finalmente, decidiram atualizar a frota e modernizar as linhas de produção, as empresas automobilísticas britânicas não dispunham de instituições financeiras ligadas a elas às quais recorrer para obtenção de investimentos ou empréstimos, no estilo germânico. Tampouco (ao contrário da Fiat, na Itália, ou da Renault, na França) podiam contar com o Estado para suprir os déficits. No entanto, sob forte pressão política de Londres, os fabricantes britânicos construíram montadoras e centros de distribuição em regiões anti-econômicas — com o intuito de obedecer a políticas públicas regionais e atender a políticos e sindicatos locais. Mesmo depois que essa estratégia economicamente irracional foi abandonada, e um certo grau de consolidação foi alcançado, os fabricantes britânicos de automóveis permaneceram fragmentados: em 1968, a British Leyland consistia de sessenta montadoras distintas.

Os governos incentivavam, ativamente, a ineficiência dos produtores britânicos. Depois da guerra, as autoridades distribuía aos fabricantes escassos estoques de aço, com base em fatias de mercado existentes antes da guerra, portanto congelando um setor importante

da economia e penalizando produtores novos e potencialmente mais eficientes. A garantia de matéria-prima, a procura artificialmente elevada por qualquer produto que fosse fabricado e a pressão política a favor da adoção de condutas economicamente ineficientes somaram-se para levar as empresas britânicas à bancarrota. Já em 1970, produtores europeus e japoneses tomavam os mercados britânicos, vencendo o concorrente em qualidade e preço. A crise do petróleo registrada no começo dos anos 70, a entrada na CEE e o fim dos últimos mercados britânicos protegidos nas possessões e colônias finalmente destruíram a indústria automotiva britânica independente. Em 1975, a British Leyland, a única fabricante independente de carros no país, ruiu e teve de ser salva por meio de uma estatização. Alguns anos depois, os setores lucrativos da BL seriam adquiridos por uma ninharia... e pela BMW.

O declínio e eventual desaparecimento do setor automotivo britânico independente corresponde à experiência econômica britânica como um todo. A princípio, a economia britânica não se saiu tão mal: em 1951, a Grã-Bretanha ainda era o maior centro industrial da Europa, produzindo o dobro da França e da Alemanha somadas. O país oferecia pleno emprego e registrava crescimento, embora em ritmo menos acelerado do que outras nações. Contudo, a Grã-Bretanha sofria de duas sérias desvantagens, uma resultante de uma infelicidade histórica, a outra, fruto de uma auto-imposição.

A crise endêmica da balança de pagamentos do Reino Unido decorria, em grande medida, de dívidas acumuladas para financiar a guerra de seis anos contra a Alemanha e o Japão, ao que devem ser acrescidos os gastos enormes relativos ao custeio de um esquema eficaz de defesa, no período do pós-guerra (8,2% da renda nacional em 1955, enquanto a Alemanha gastava menos da metade dessa cifra). A libra esterlina — ainda unidade importante de transações internacionais na década de 1950 — encontrava-se supervalorizada, o que dificultava as vendas externas britânicas, que precisavam atingir volumes que compensassem o déficit crônico da libra em relação ao dólar. País insular, totalmente dependente da importação de gêneros alimentícios e matérias-primas básicas, a Grã-Bretanha, historicamente, compensara tal vulnerabilidade estrutural por meio do acesso privilegiado a mercados protegidos no âmbito do império e da Comunidade das Nações.

Mas essa dependência de mercados e recursos distantes, vantagem no início do pós-guerra, enquanto o restante da Europa estava envolvido no esforço de recuperação, tornou-se séria desvantagem depois que a Europa — e especialmente a zona da CEE — começou a prosperar. Os britânicos não tinham como competir com os EUA, nem (mais tarde) com a Alemanha, em qualquer mercado externo não protegido, e as exportações britânicas para a própria Europa ficavam ainda mais atrás das exportações de outros produtores europeus. Em 1950, o valor das vendas de produtos industrializados britânicos no exterior representava 25% do total mundial; vinte anos mais tarde, constituía apenas 10,8%. Os britânicos haviam perdido a sua fatia do mercado mundial, e os fornecedores tradicionais — na Austrália, Nova Zelândia, no Canadá e nas colônias africanas — também começavam a buscar outros mercados.

Até certo ponto, o relativo declínio econômico britânico foi, portanto, inevitável. Mas a contribuição feita pela própria Grã-Bretanha a esse processo não deve ser subestimada.

Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a indústria britânica já conquistara a merecida reputação de ineficiência, de repousar sobre os louros do passado. O problema não era a supervalorização dos britânicos. Ao contrário. Conforme observou Maynard Keynes, num comentário sardônico a respeito das perspectivas econômicas britânicas no pós-guerra: "O salário mínimo neste país é (de modo geral) 2 xelins por hora; nos EUA é 5 xelins por hora [...]. Nem mesmo a célebre ineficiência da indústria britânica será capaz (espera-se) de anular, em grandes setores da indústria, toda essa diferença básica de custo em seu favor, embora tenha conseguido fazê-lo em alguns casos importantes [...]. As estatísticas disponíveis sugerem que, mesmo jamais tendo fabricado o produto, batemos o mundo inteiro em custos."<sup>2</sup>

Um problema era a força de trabalho. As fábricas britânicas eram operadas por homens (e algumas mulheres) tradicionalmente organizados em centenas de sindicatos profissionais estabelecidos há muito tempo: em 1968, a administração das fábricas automotivas da British Leyland precisava negociar, separadamente, cada detalhe relacionado a carga horária e salários com 246 sindicatos distintos. Isso numa época em que havia pleno emprego. Na verdade, a manutenção do pleno emprego era o maior objetivo social de todos os governos britânicos naqueles anos. A determinação de evitar a volta aos horrores dos anos 30, quando homens e máquinas deterioraram devido à inatividade, superava qualquer consideração de crescimento, produtividade ou eficiência. Os sindicatos — e, de modo especial, os representantes sindicais — jamais tiveram tanto poder, nem antes nem depois daquele momento. Greves — a um só tempo, sintoma de militância trabalhista e também gestão incompetente — eram endêmicas na vida industrial britânica no pós-guerra.

Ainda que a liderança sindical na Grã-Bretanha houvesse seguido o exemplo alemão, dispondo-se a manter relações trabalhistas amigáveis e aceitar restrições salariais em troca de investimento, estabilidade e expansão, é improvável que a maioria dos empregadores morresse a isca. Na década de 1930, o futuro primeiro-ministro, o trabalhista Clement Attlee, identificara, corretamente, o mal-estar econômico britânico como um problema decorrente de baixo investimento, ausência de inovação, imobilidade de mão-de-obra e gerenciamento medíocre. Porém, uma vez empossados, Attlee e seus sucessores pouco puderam fazer para deter o estrago. Enquanto a indústria germânica herdara todas as vantagens das mudanças geradas pelo nazismo e pela guerra, as tradicionais indústrias britânicas, incapazes de competir, herdaram a estagnação e um profundo receio de mudar.

Nas décadas do pós-guerra, a indústria têxtil, a mineração, a construção naval, os setores do aço e da engenharia leve — todos precisavam de reestruturação e reequipagem; mas, do mesmo modo como optaram por atender aos sindicatos em vez de combater práticas ineficientes de trabalho, os gerentes de fábricas na Grã-Bretanha preferiram operar num ciclo de subinvestimento, pesquisa e desenvolvimento limitados, salários baixos e diminuição de clientela, em vez de arriscar um novo começo, com novos produtos, em novos mercados. A solução não era óbvia. Keynes, mais uma vez: "Se, por um lamentável engano geográfico, a Força Aérea norte-americana (é tarde demais para esperar tanto do inimigo) destruiu todas as fábricas situadas no litoral nordeste e em Lancashire (num momento em que somente

<sup>2</sup> Citado por Peter Hennessy, *Never Again. Britain 1945-1951* (Nunca mais. Grã-Bretanha 1945-1951) (1993), p. 117.

os diretores estivessem presentes e mais ninguém), não teríamos o que temer. De que outra maneira poderíamos recuperar a experiência exuberante, necessária, ao que parece, para o sucesso, eu não saberia conjecturar.”

Na França, uma herança similar de administração incompetente e inércia foi superada por meio de investimento público e agressivo planejamento. Os governos britânicos, entretanto, restringiram-se à negociação coletiva, gestão da demanda e exortação. Para um Estado que a partir de 1945 nacionalizara grandes setores da economia e que, já em 1970, gastava 47% do PIB, tal cautela parece constituir estranho paradoxo. Mas o Estado britânico, embora fosse proprietário ou operador da maior parte dos setores de transporte, saúde, educação e comunicações, jamais exibiu ambições estratégicas de abrangência nacional, e, na prática, a economia seguia os seus próprios mecanismos. Coube a uma geração posterior de reformistas adeptos do livre-mercado — e a um primeiro-ministro conservador radicalmente avesso ao Estado — aplicar toda a força do governo central para enfrentar o problema da estagnação econômica da Grã-Bretanha. Mas, àquela altura, algumas das censuras dirigidas à “velha” e mal adaptada economia britânica começavam a se voltar, por motivos diferentes, também para a vacilante economia alemã.

XI

O Momento Socialdemocrata

“O importante para o governo não é fazer as mesmas coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquilo que não está sendo feito no momento.”

*John Maynard Keynes (1926)*

“O desafio não virá dos EUA [...], da Alemanha Ocidental, nem da França; o desafio virá das nações que, por mais erradas que estiverem — e creio que estão erradas quanto a várias questões fundamentais —, conseguirem, finalmente, colher os frutos materiais do planejamento econômico e da propriedade estatal.”

*Aneurin Bevan (1959)*

“Nossa nação defende a democracia e bons drenos.”

*John Betjeman*

“Quero abrir as janelas da Igreja para podermos ver para fora e as pessoas poderem ver para dentro.”

*Papa João XXIII*

“Fotografia é verdade. Cinema é verdade 24 vezes por segundo.”

*Jean-Luc Godard*

A década de 1960 testemunhou o auge do Estado europeu. Ao longo do século anterior, a relação entre cidadão e Estado na Europa Ocidental configurava-se como uma constante acomodação entre necessidades militares e exigências políticas: os direitos modernos dos novos cidadãos eram contrapostos ao dever mais antigo de defender o reino. Porém, a partir de 1945, essa relação se caracterizava cada vez mais por uma densa rede de benefícios sociais e estratégias econômicas através das quais era o Estado que servia aos cidadãos, não o contrário.

Anos mais tarde, as abrangentes ambições dos Estados previdenciários do Oeste Europeu perderiam parte do seu apelo — mesmo porque já não conseguiam cumprir a promessa: desemprego, inflação, populações cada vez mais velhas e desaceleração econômica impunham limites insuperáveis aos esforços envidados pelos Estados para levar a termo a sua parte do trato. As transformações nos mercados internacionais de capital e o advento das modernas comunicações eletrônicas paralisaram a capacidade dos governos de planejar e executar a política econômica doméstica. E, o mais importante, a própria legitimidade do Estado interven-